



Universidade de Brasília
Curso de Gestão de Políticas Públicas

RAPHAEL DE FARIAS SILVA

**SINASE DF: Uma análise das medidas socioeducativas na
Unidade de Internação de São Sebastião, no Distrito
Federal**

Brasília – DF

2018

RAPHAEL DE FARIAS SILVA

**SINASE DF: Uma análise das medidas socioeducativas na
Unidade de Internação de São Sebastião, no Distrito
Federal**

Relatório de pesquisa a ser apresentado
como trabalho de conclusão da disciplina
de “Residência em Políticas Públicas”.

Professora Orientadora: Doutora, Suylan
de Almeida Midlej e Silva

Brasília – DF

2018

Aos meus avós, que em vida sonharam em ver seu neto formado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, por ter me iluminado e me abençoado durante toda minha trajetória acadêmica.

Agradeço à minha família, especialmente aos meus pais, pelo apoio incondicional, pelo amor e pelo incentivo de sempre buscar realizar meus sonhos. Agradeço às minhas irmãs, Rayssa e Mayara, que aturaram dias de mal humor e mesmo assim permaneceram me apoiando.

Agradeço à minha namorada, Bárbara, pelo incentivo e apoio durante os finais de semana abdicados em prol da confecção deste trabalho.

Agradeço aos meus amigos, pelas alegrias e dificuldades compartilhadas, em especial Daynara, Luiza, Yuri, Diego e Vinício.

Agradeço aos professores, que me ajudaram a chegar na universidade contribuindo com minha formação durante o ensino fundamental e médio, e aos meus professores da Universidade de Brasília que participaram da minha formação no curso de Gestão de Políticas Públicas.

Agradeço aos servidores da UIPSS que me acolheram e contribuíram no desenvolvimento deste trabalho.

RESUMO

O presente relatório aborda o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, especificamente, a medida socioeducativa de internação dentro da Unidade de Internação Provisória de São Sebastião. Tal pesquisa teve como objetivo investigar de que forma o atendimento socioeducativo dentro da Unidade de Internação Provisória de São Sebastião (UIPSS) tem auxiliado a reinserção dos jovens em conflito com a lei na sociedade nos últimos cinco anos. A pesquisa teve abordagem qualitativa e quantitativa e os procedimentos metodológicos foram realizados por meio de pesquisa documental, observação participante e entrevistas individuais semi-estruturadas. Foram debatidos conceitos relacionados a políticas sociais e juventude, medidas socioeducativas e gestão de sistemas socioeducativos como referencial teórico. Os resultados apontam para uma política ainda embrionária, mas que vem demonstrando bons resultados quando analisada sob a óptica da medida de internação provisória, porém, possuindo certas dificuldades em sua implementação, principalmente no que diz respeito à gestão do sistema socioeducativo, quanto ao quadro de servidores atualmente alocados na unidade onde a imersão em pesquisa acadêmica foi realizada.

SUMÁRIO

1	Introdução	7
2	Referencial Teórico	14
2.1	Políticas Sociais e Juventude	14
2.2	Medidas Socioeducativas para Jovens em Conflito com a Lei	16
2.3	Gestão de Sistemas Socioeducativos.....	19
3	Procedimentos Metodológicos	22
3.1	Observação Participante.....	22
3.2	Pesquisa Documental	23
3.3	Entrevistas	24
3.4	Análise de Dados.....	26
4	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo na UIPSS	27
4.1	Ações Desenvolvidas Junto aos Adolescentes.....	27
4.2	Desempenho das Ações de Escolarização	37
4.3	Taxa de Reincidência e Ressocialização dos Adolescentes em Conflito com a Lei.....	41
5	Considerações Finais.....	47
6	Referências	51
	Apêndice	55
	Anexos	56

1 Introdução

As políticas públicas têm como objetivo compreender e buscar soluções para determinados assuntos, onde são diagnosticados problemas que são enfrentados pela sociedade em um dado espaço, cabendo ao Estado e seus atores políticos elaborar, planejar e executar tais políticas. No Brasil, o debate acerca do tema de atos infracionais cometidos por jovens adolescentes divide opiniões. Na mídia, quase que diariamente são publicadas notícias que alimentam a discussão, que muitas vezes tendem a ter um contexto discriminatório acerca da realidade vivida que acabam por justificar os atos cometidos por esses jovens. Alguns indivíduos acabam categorizando esses jovens como “pivetes” ou “bandidinhos”, acreditando que esses menores são causa perdida, sendo a única solução encontrada para esse tipo de problema o encarceramento e a prisão. Por outro lado, existe um outro ponto de vista que acredita que esses jovens são reféns de uma sociedade desigual, onde o acesso às políticas de base muitas vezes não é alcançado ou, quando alcançado, muitas vezes não possui grande infraestrutura. Acreditando-se que políticas sociais que ajudem a reparar essa realidade precisam ser colocadas em prática.

Por essa razão, a temática se torna pertinente, pois a vida em sociedade baseia-se em um bem-estar comum, e se existem políticas públicas reparadoras, essas devem cumprir o seu papel dentro da sociedade. Conforme Adorno (1999), mudanças na legislação de proteção às crianças e aos adolescentes tem contribuído para acirrar o debate público e mesmo polarizar as opiniões a propósito das soluções possíveis para conter a delinquência juvenil.

A partir da Constituição de 1988, desenhou-se uma nova política de proteção e de atendimento à infância e à adolescência, que, ao contrário da anterior, considera crianças e adolescentes titulares de direitos: direito à existência digna, à saúde, à educação, ao lazer, ao trabalho e sobretudo ao amparo jurídico (ADORNO, 1999, p.62).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) criado sob a Lei nº 8069, de 31 de julho de 1990, dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. O ECA compreende como criança todos os indivíduos com até doze anos de idade incompletos, e como adolescente, indivíduos entre doze e dezoito anos de idade. A partir da criação do Estatuto se tornou possível a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), que é o principal órgão do sistema de garantia de direitos. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a

política de atendimento dos direitos dos indivíduos assegurados por essa lei, acontece entre um conjunto de ações governamentais e não governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

As ações socioeducativas devem exercer uma influência sobre a vida do adolescente, contribuindo para a construção de sua identidade, de modo a favorecer a elaboração de um projeto de vida, o seu pertencimento social [...]. Para tanto, é vital a criação de acontecimentos que fomentem o desenvolvimento da autonomia, da solidariedade e de competências pessoais relacionais, cognitivas e produtivas. (SINASE, 2006, p.52).

Diante da complexidade da inclusão do menor em conflito com a lei em processos educativos, o ECA destina seu capítulo IV para definir as medidas socioeducativas, onde os adolescentes designados como em conflito com a lei na idade entre 12 a 18 anos, estão sujeitos à socioeducação.

Após 16 anos da publicação do ECA, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) e o Conanda, em parceria com a Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Infância e Juventude (ABMP) e atores do Sistema de Garantia dos Direitos (SGD), promoveram a construção do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), que se constitui em um guia na implementação das Medidas Socioeducativas (BRASIL, 2006).

O Sinase foi instituído pela Lei Federal 12.594/2012 em 18 de janeiro de 2012, e de acordo com o Ministério dos Direitos Humanos (MDH) também é conduzido pelos artigos que dizem respeito à socioeducação do Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Resolução 119/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo (Resolução 160/2013 do Conanda).

O conceito de gestão adotado pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo é o da gestão participativa, que demanda autonomia competente e participação consciente e implicada de todos os atores que integram a execução do atendimento socioeducativo. (CONANDA, 2006)

De acordo com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (BRASIL, 2018), o Sinase tem por objetivo:

articular em todo o território nacional os Governos Estaduais e Municipais, o Sistema de Justiça, as políticas setoriais básicas (Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, etc.) para assegurar efetividade e eficácia na execução das Medidas Socioeducativas de Meio Aberto, de Privação e Restrição de Liberdade, aplicadas ao adolescente.

Na visão do Conanda (CONANDA, 2006), o programa estabeleceu e reuniu um conjunto de diretrizes que buscam padronizar os procedimentos jurídicos relacionados aos atos infracionais praticados por jovens, regulando desde a apuração do ato infracional até a aplicação das medidas socioeducativas, conforme os princípios de direitos humanos em consenso com a Constituição Federal de 1988 e com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Além disso, este mesmo documento ressalva que o Sinase definiu parâmetros de atendimento aos adolescentes, com ênfase em ações voltadas para a educação, saúde e profissionalização, indicando como devem ser as equipes interdisciplinares e a estrutura de unidades de internação. (CONANDA, 2006).

Desta forma, segundo o Conanda, o Sinase tenta efetivar as diretrizes previstas no ECA referentes à natureza pedagógica das medidas socioeducativas e busca reduzir e adequar a aplicação de medidas socioeducativas restritivas de liberdade.

O Distrito Federal atualmente possui, segundo o portal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT, 2018), 14 Unidades de Atendimento em Meio Aberto de Liberdade Assistida (Arts. 118 e 199 do ECA), que são responsáveis pelo acompanhamento do adolescente em conflito com a lei por equipes no período mínimo de seis meses, oferecendo atendimento nas diversas áreas de políticas públicas, como saúde, educação, cultura, esporte, lazer e profissionalização, visando sua promoção social e de sua família, como também sua inserção no mercado de trabalho; cinco Unidades de Semiliberdades (Art. 120 do ECA), que são responsáveis por criar um vínculo entre o adolescente e a unidade especializada, de forma que se possibilite a realização de atividades externas, ainda que obrigatória a escolarização e a profissionalização do jovem. Nessa modalidade de intervenção, o adolescente, desde que autorizado pela coordenação de sua unidade, poderá gozar o direito de permanecer com seus familiares durante os finais de semana; e sete Unidades de Internação (Arts. 121 a 125 do ECA) responsáveis pela medida socioeducativa privativa da liberdade, adotadas quando infringidos os atos previstos no art. 122, incisos I, II e III do ECA, sendo esse tipo de intervenção sujeita aos princípios de brevidade, pois o Art. 121, §3º do ECA dispõe que não existirão penas perpétuas, pois a medida extrema de internação não deverá exceder a três anos, e respeito à condição do jovem em desenvolvimento, podendo a internação acontecer em caráter provisório ou estrito.

Os recursos humanos devem ser pensados e estruturados de maneira que realizem ações consequentes tanto na seleção de pessoal quanto na formação continuada, enquanto instrumentos que venham a garantir a

qualidade do atendimento. O requisito indispensável para quem pretende estabelecer com os adolescentes uma relação de ajuda na busca da superação de seus impasses e dificuldades refere-se ao perfil do profissional, principalmente no que diz respeito à qualidade e habilidades pessoais na inter-relação com esse adolescente, pautados nos princípios dos direitos humanos definidos no SINASE. (CONANDA, 2006, p.42)

Baseando-se nessas informações, este trabalho tem como foco esta última modalidade de medida socioeducativa, mais especificamente uma unidade de internação, no caso a Unidade de Internação Provisória de São Sebastião – UIPSS.

Segundo o Governo de Brasília (SESCRIANÇA, 2013), no centro, os adolescentes, com idades entre 12 e 17 anos, estudam e têm aulas ministradas por professores da rede pública, participam de oficinas ocupacionais de serigrafia, artesanato e informática, e também praticam atividades esportivas. Além disso, são acompanhados por diversos profissionais, entre psicólogos, assistentes sociais, psiquiatra, e recebem atendimento médico e odontológico. Esse tipo de unidade adota um quadro mínimo de profissionais atuando dentro da Unidade, sendo assim, uma entidade de medida socioeducativa de internação deve abrigar até quarenta adolescentes, e deve predispor de uma equipe mínima composta por: 01 diretor, 01 coordenador técnico, 02 assistentes sociais, 02 psicólogos, 01 pedagogo, 01 advogado (defesa técnica), além dos demais profissionais necessários para saúde, escolarização, esporte, cultura, lazer, profissionalização e administração. (CONANDA, 2006, p.45).

Em um breve contexto histórico, essa unidade de internação foi uma das primeiras a serem inauguradas no Distrito Federal e antigamente era conhecida como Centro Sócio Educativo Amigoniano (Cesami), inaugurado em 2003, recebendo o nome de Unidade de Internação Provisória de São Sebastião em 3 de outubro de 2013, quando o governo decidiu desativar o Centro de Atendimento Juvenil Especializado (Caje), que se situava no Plano Piloto. Com capacidade para receber até 180 jovens, a unidade promove atendimento por até 45 dias, enquanto se aguarda audiência judicial.

No caso desta pesquisa, a imersão ocorrerá na Unidade de Internação Provisória de São Sebastião, que se localiza na Fazenda da Papuda, na cidade de São Sebastião do Distrito Federal. É uma das sete unidades localizadas no DF que oferecem o atendimento de adolescentes que cumprem medidas de internação e, se destacou por conter em seu histórico uma gestão compartilhada entre o Governo do Distrito Federal e a Congregação dos Religiosos Terciários Capuchinhos de Nossa

Senhora das Dores – os Amigonianos. O objetivo dessa parceria, segundo um relatório confeccionado pelo Centro Socioeducativo Amigoniano (CESAMI, 2010), era construir um Projeto Político Pedagógico Institucional pautado em uma proposta interventiva pedagógica - terapêutica orientada pelos princípios amigonianos previstos no Relatório Institucional do Projeto Político Pedagógico Institucional do Centro Socioeducativo Amigoniano.

Nos dias de hoje, o Governo do Distrito Federal, em seu portal, diz que a UIPSS está ligada à Secretaria da Criança, do Adolescente e Juventude (Sescriança). A Sescriança foi criada em janeiro de 2011, e passou por uma ampliação em 2015 quando passou a incorporar a Subsecretaria da Juventude. Em seu novo desenho a Secretaria passou a ter como objetivo assegurar a plenitude das condições indispensáveis ao crescimento e desenvolvimento saudáveis da infância, adolescência e juventude, seguindo as normas previstas no ECA, que incluem as políticas públicas para o cumprimento das medidas socioeducativas de adolescentes em conflito com a lei, que permitam a real ressocialização destes adolescentes e os Conselhos Tutelares. (BRASÍLIA, 2018)

A unidade de análise nesta pesquisa é o atendimento socioeducativo de adolescentes em conflito com a lei. Com isso, será feita a análise dos procedimentos, pois focará nas ações desenvolvidas pelo atendimento socioeducativo prestado, que ocorrem durante a implementação da política pública analisada.

O estudo acerca do atendimento socioeducativo se torna relevante por este ser um tema de importância para a sociedade, uma vez que existe o reconhecimento da existência de um sistema de responsabilização e a necessidade da promoção socioeducativa do adolescente envolvido na prática de ato infracional, que abrange variados aspectos da vida social, tendo o propósito de dotá-lo de mecanismos psicossociais. Para quando este adolescente saia da medida socioeducativa, possa dotar de uma nova percepção sobre viver em comunidade, e para isso ele precisa da sociedade, devendo a ela entender que ele aprendeu com seus erros e agora precisa de novas oportunidades. Concretizando o princípio da co-responsabilidade através de um pacto social entre família, Estado e sociedade, como fator fundamental para o rompimento de atos infracionais cometidos por jovens.

Partindo dos pressupostos apresentados neste projeto, o trabalho buscará responder a seguinte questão: De que forma o atendimento socioeducativo dentro da

Unidade de Internação Provisória de São Sebastião tem auxiliado a reinserção dos adolescentes em conflito com a lei na sociedade?

Esta pergunta foi escolhida, porque, devido ao grande número de opiniões formadas que acabam se chocando a respeito do tema, parece necessário fazer um estudo para entender e visualizar na prática como ocorre o atendimento dos adolescentes que estão nessas situações de conflito. Além de também acreditar que o processo de reinserção desses jovens é muito mais delicado do que se parece, e devido a esse fato é necessária uma atenção especial para o tema.

Para exemplificar que as medidas socioeducativas podem obter o resultado esperado, cabe citar um projeto criado em 2004 a partir de um convênio entre o Tribunal Regional Federal da 4ª Região e a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul, e levou o nome de “Virando a página”, que consiste em dar oportunidades de estágio aos adolescentes que estão em cumprimento de medida socioeducativa nas unidades do Tribunal e, além disso, participar de oficinas dedicadas a eles. Segundo Telles (2013), organizadora do projeto, o programa visa:

propiciar ao adolescente que está cumprindo medida socioeducativa privativa de liberdade o desenvolvimento de atitudes e habilidades; o despertar do desejo de aprender; o incentivo à busca de informação e da construção do conhecimento, da percepção da necessidade de adequação e destinação de formas de relacionamento nos diferentes espaços pelos quais transita; o posicionamento crítico e a tomada de decisão frente às diversas situações da vida pessoal e social.

Os trabalhos realizados pelos adolescentes, por meio do projeto Virando a Página resultaram em uma coletânea de textos já que esse projeto dá espaço aos jovens de exporem, por meio de uma narrativa, alguns momentos de suas vidas, sejam eles, alegres ou tristes. Os relatos a seguir, foram retirados do terceiro volume desta coletânea, publicado em 2013 (TELLES, 2013):

A Fase mudou minha vida. [...] Hoje faço curso no CIEE de Ocupações Administrativas, estagio no TRF, estudo, bordo roupas com pedrarias e ainda cuido do meu filho. [...] Agradeço a todos que me ajudaram a mudar de vida e peço perdão a quem magoei ou fiz sofrer. Digo a todos que estão começando ou já estão no mundo do crime: “Não acabe com sua vida e nem com a dos outros.” A vida não tem volta, nem precisa bater de cara no muro para ver: olhe só meu depoimento. Viva a vida enquanto pode, porque meus amigos não podem mais, e só a saudade fica. (IDEM, p. 24)

Eu estava roubando dia 9 de fevereiro de 2013. Era numa tarde em que o clima de adrenalina estava ruim. Estavam eu e mais um parceiro meu. Em seguida minha casa caiu. Quando vi, já estava no chão com uma 9 na cabeça. Os homens me pegaram. Me senti mal porque sabia que meu castigo já estava chegando. Desde lá tô preso na Fase. Essa experiência tá sendo ruim pra mim agora que tô tendo minha liberdade pela metade. Agora eu sei que

tudo o que a gente faz tem volta isso pode ser na hora ou uns anos depois.
(IDEM, p. 13)

O objetivo geral é investigar de que forma o atendimento socioeducativo dentro da Unidade de Internação Provisória de São Sebastião (UIPSS) tem auxiliado na reinserção dos jovens em conflito com a lei na sociedade nos últimos cinco anos.

Portanto, foram determinados quatro objetivos específicos que auxiliaram o desenvolvimento da pesquisa:

1. Identificar quais as ações realizadas pela UIPSS junto aos jovens em conflito com a lei;
2. Averiguar quais dessas ações têm despertado mais interesse nos jovens;
3. Investigar qual o desempenho dos jovens mediante as ações de escolarização promovidas pela UIPSS;
4. Identificar qual o nível de reincidência na UIPSS dos jovens que foram atendidos nos últimos cinco anos.

A próxima seção discutirá o referencial teórico que será utilizado para ajudar a responder os objetivos da pesquisa.

2 Referencial Teórico

Nessa seção do relatório encontra-se o referencial teórico, que abordará os seguintes conceitos: Políticas Sociais e Juventude, Medidas Socioeducativas para Jovens em Conflitos com a Lei e a Gestão de Sistemas Socioeducativos. Tais definições possibilitarão a melhor compreensão acerca dos temas abordados, além de auxiliar no olhar crítico dos resultados obtidos.

2.1 Políticas Sociais e Juventude

Para uma melhor compreensão da relação entre políticas sociais e juventude, primeiramente, é preciso conceituar o que seriam cada um desses termos. Muller (1987) nos diz que políticas sociais é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade (educação, saúde, previdência, habitação, saneamento etc).

Políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais. (HÖFLING, 2001, p.31)

No caso brasileiro, como já citado anteriormente tem-se uma quantidade elevada de políticas públicas voltadas para os setores da educação, saúde, alimentação e habitação, e Piana (2009) afirma que a formulação e implementação desses programas sociais estão diretamente relacionadas às condições vivenciadas pelo Estado em níveis econômico, político e social, e ainda diz que essas políticas têm por objetivo o atendimento redistributivo dos recursos sociais, por meio de serviços sociais e assistenciais, para um complemento salarial às populações excluídas socialmente.

Já para Pastorini (2006), as políticas sociais desenvolvem algumas funções primordiais no mundo capitalista: função social, econômica e política, e ainda relata que o desenvolvimento social e econômico provido dessas políticas deve ser enxergado como um produto de “natureza capitalista”, e não como um produto de “natureza natural”.

Existem muitas definições sobre o que viria a ser juventude, porém Diógenes (1998, p.93) consegue reunir em um conceito algumas das noções a respeito do tema:

Falar em juventude é movimentar-se em um campo ambíguo de conceituação. A juventude se constitui enquanto categoria social, no que tange a definição de um intervalo entre a infância e a vida adulta, apenas no final do século XIX, ganhando contornos mais nítidos no início do século XX. A juventude é uma invenção moderna, sendo, desse modo, tecida em um terreno de constantes transformações.

Segundo Abad (2002), a evolução histórica das políticas de juventude na América Latina foi determinada pelos problemas de exclusão dos jovens da sociedade e os desafios de como facilitar-lhes processos de transição e integração ao mundo adulto. Abad ainda resume as contribuições de vários autores e determina quatro distintos modelos de políticas de juventude: 1) a ampliação da educação e o uso do tempo livre (entre 1950 e 1980); 2) o controle social de setores juvenis mobilizados (entre 1970 e 1985); 3) o enfrentamento da pobreza e a prevenção do delito (entre 1985 e 2000); e 4) a inserção laboral de jovens excluídos (entre 1990 e 2000).

Em relação à juventude no Brasil, como já comentado na seção de introdução desse relatório, somente após a criação do Estatuto da Criança e Adolescente que a sociedade brasileira repensou a existência de uma fragilidade histórica da situação das crianças e dos adolescentes. O ECA é o marco legal de um processo prático-reflexivo que se dispôs a transformar o estatuto da minoridade brasileira, especialmente naquilo que se refere aos que estão em processo de exclusão social ou em conflito com a lei. (SPOSITO e CARRANO, 2003, p.19)

As políticas voltadas para a juventude, assim como para todos indivíduos da sociedade são necessárias, e para Lagree (1999) deve ser levado em consideração, a ideia de que qualquer ação destinada aos jovens exprime parte das representações normativas correntes sobre a idade e os atores jovens que uma determinada sociedade constrói. Desta forma, as práticas traduzem uma imagem do ciclo de vida e seus sujeitos.

Tratar do universo juvenil é complexo, e se torna necessário compreender as múltiplas singularidades que precisam ser levadas em consideração na elaboração e implementação de uma política pública. Diante disso, o Governo Federal reconheceu que a juventude não é única, mas sim heterogênea, que possui características distintas que variam de acordo com aspectos sociais, culturais, econômicos e territoriais. Este novo olhar inaugurou uma nova concepção de política pública, que

considera a juventude como um segmento social portador de direitos e protagonista do desenvolvimento nacional. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2006, p.6)

Sendo objeto de estudo desse relatório umas das medidas socioeducativas e suas ações, passaremos para as considerações teóricas a respeito dessa forma de intervenção do Estado.

2.2 Medidas Socioeducativas para Jovens em Conflito com a Lei

Tendo em vista que um indivíduo que se encontra na fase da juventude passa por diversas transformações, sendo elas físicas e de personalidade, a busca do entendimento acerca dos motivos em que levam um jovem a cometer atos infracionais deve ser levada em conta também, e podem ser explicados por psicólogos, como Jimenez e Frasseto (2007, p.405):

em diferentes tempos e culturas, existiram formas distintas de compreender e lidar com as transformações orgânicas decorrentes dos hormônios, mas, principalmente, há que se ressaltar que, em uma mesma cultura ou sociedade, coexistem adolescências vivenciadas nas suas especificidades, dependendo do lugar que o adolescente se encontra na sociedade, bem como, do acesso aos bens e serviços que desfruta, tais como: educação, saúde, trabalho, entre outros...

No Brasil, as primeiras notas sobre crianças e adolescentes envolvidos em delitos datam do início do século XX, quando estes se fizeram presentes nas páginas dos jornais como “pivetes”. (JIMENEZ e FRASSETO, 2007, p.406)

Por causa desse tipo de acontecimento esses jovens passaram a ser considerados um perigo para a sociedade e acabavam sofrendo com o abandono. E o agravante do ato infracional permitia que todas as crianças que se encontrassem em situação identificada pelo Estado como “irregular” fossem retiradas de suas casas e levadas para orfanatos e abrigos (CIARALLO e ALMEIDA, 2009, p.615).

O Estatuto da Criança e do Adolescente, promoveu o reconhecimento da criança e do adolescente como indivíduos que possuem direitos, e entra em contraposição com a concepção do “menor infrator” como categoria sociológica, presente no antigo Código de Menores, que esteve vigente entre os anos de 1927 a 1979.

Este novo paradigma exige, além de um reordenamento jurídico, uma nova visão psicossocial. Sob esse paradigma, em tese, não cabem mais as denominações “menor”, “delinquente”, “infrator” que ainda permeiam o senso comum acerca da criança ou adolescente que cometeu algum ato infracional. (Cairos & Conceição, 2010, p.277)

O Estatuto, além disso, ainda prevê as medidas socioeducativas que serão aplicadas a aqueles adolescentes que praticam atos infracionais conforme sua especificidade. Essas medidas dispõem de um objetivo de caráter reeducador para esses jovens.

Quando buscado o verdadeiro significado dessas medidas, é possível encontrar diferentes pontos de vistas na sociedade. Dentro da discussão filosófica autores como Valente (2005) acreditam nessas medidas como sendo uma ressocialização para o menor e uma proteção para a sociedade.

Em contrapartida, outro tipo de percepção em relação ao assunto também é encontrada, nas medidas que possuem um caráter voltado para a punição e repreensão em detrimento do caráter educativo, como apontado por Saraiva (2005) que se opõe ao ponto de vista apresentado anteriormente.

Apesar dessas duas concepções a respeito do tema, Arruda (2013) afirma que não se pode negar que as medidas socioeducativas possuem conteúdo redistributivo, com a finalidade de criar no adolescente um senso do que é certo e o que é errado, do que é permitido se fazer e do que não é aceito pela sociedade.

Por mais que as medidas socioeducativas existam de forma a promover a socialização e o acesso à educação, à saúde, ao esporte, ao lazer etc., segundo Feltran (2011), elas ainda trazem em seu histórico a ideia de punição e correção, somadas à normalização e disciplinarização dos indivíduos, evidenciando uma “contaminação” dos sistemas de proteção pelos mecanismos de punição. E esse tipo de punição é ainda explicado por Foucault (2008) como não simplesmente o momento do enforcamento, da multa ou do desterro, mas será uma prática como o encarceramento, impondo ao culpado uma série de exercícios, de trabalhos, na forma do que se chama de técnicas penitenciárias, moralização, correção etc.

Para Mendes et al. (2016, p. 173.) a socioeducação:

privilegia o aprendizado para o convívio coletivo e, por isso, pressupõe um projeto social compartilhado, envolvendo vários atores e instituições. É uma Educação que vai além da formação escolar e profissional (mas articulada a elas), pois está intimamente ligada ao desenvolvimento humano de forma integral e à vida em sociedade. Com isso, não pode ser isolada das demais políticas setoriais e da rede socioassistencial, que atua na promoção e proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes. A formação dessa rede é fundamental para assegurar a proteção integral aos adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas.

No caso do Distrito Federal, a 1ª Vara da Infância e da Juventude do DF pertencente ao TJDFT afirma que, as medidas socioeducativas estão pautadas

principalmente em uma proposta pedagógica, que visa à reinserção social do jovem, partindo da ressignificação de valores e da reflexão interna. Mesmo não tendo a intenção de punir o adolescente, as medidas socioeducativas limitam alguns direitos individuais como, por exemplo, o direito à liberdade, pois ainda que não esteja submetido ao Código Penal, o adolescente está sujeito a uma legislação especial que acarreta consequências jurídicas para a sua conduta infratora.

Para Freire (1997), socioeducar, portanto, deve significar o reconhecimento da "especificidade humana" do ato educativo, manifestando-se por meio da competência profissional e generosidade pessoal, sem autoritarismos e arrogância. E Freire ainda afirma que, deste modo, o adolescente será reinventado através da aprendizagem de sua autonomia.

Para Jimenez et al. (2012), o conceito de ação socioeducativa é novo, sendo esperado que ele trouxesse novas práticas, mas para que essas fossem concretizadas seriam necessários diretrizes, metodologias de ação, projeto pedagógico, recursos didáticos, reflexão sobre a realidade social e dos conteúdos e a contextualização do universo do adolescente. Trata-se de estabelecer uma nova relação entre o educador e o educando.

Sobre a reinserção social do adolescente que passa por esse tipo de atendimento, Veronse e Lima (2009) afirmam que muito se fala na reinserção social do adolescente autor de um ato infracional, mas que acabam por se esquecer de como reinseri-lo numa sociedade que é culpada pela sua situação vulnerável, onde o adolescente é quem tem que tentar se reinserir, mas que a sociedade consumista, egoísta, violenta, discriminadora não lhe oferece condições mínimas para o feito. As autoras ainda dizem que seria necessário fazer um tratamento na sociedade, já que essa tem que se curar e buscar entender sua posição frente a esse adolescente que, mesmo autor de ato infracional é, sem sombra de dúvida, a maior vítima de sua própria realidade (VERONSE; LIMA, 2009).

Mendes et al. (2016) afirmam que ações socioeducativas partem do pressuposto de que o adolescente que se encontra em cumprimento de uma medida socioeducativa deve ter acesso a um conjunto de ações que possa contribuir para que ele venha a se tornar um cidadão autônomo de suas atitudes, sendo capaz de se relacionar com tudo que integra a sua circunstância de vida, sem reincidir no ato infracional. Desta forma, acredita que o jovem seja capaz de encontrar novos caminhos, (re)significando, ou mesmo, (re)construindo seus projetos de vida.

Na próxima subseção serão abordadas definições do que seria a gestão de sistemas socioeducativos no Brasil, importante para que as medidas tenham eficácia e eficiência.

2.3 Gestão de Sistemas Socioeducativos

O Sinase possui gestão de caráter participativo. Fleury (2002) explica que a idéia de participação foi ganhando importância no final da década de 1970, período em que os movimentos populares adquiriram caráter político e iniciaram a luta em busca da redemocratização. A autora acrescenta que atualmente a democracia requer a incorporação do conceito de cidadania e complementa afirmando ainda que os direitos coletivos e o direito de participação na gestão pública também deveriam fundamentar a construção de uma estrutura democrática.

Quanto ao Sinase, o Conanda (2006) explica que ao adotar a gestão participativa significa dizer que necessita de uma autonomia competente e, ao mesmo tempo, uma participação consciente, onde se envolva todos aqueles que fazem parte da execução do atendimento socioeducativo. E que esse tipo de gestão enfatiza o compartilhamento de responsabilidades e o compromisso coletivo com os resultados obtidos.

A partir dessa perspectiva, se torna relevante conceituar a gestão em redes. Esse modelo de gestão é apresentado por Teixeira (2002), que relata o motivo pelo qual esse tipo de gestão ganhou força nos dias atuais e a relaciona com diversos fatores, cujos reflexos afetam diretamente na forma de gerir as políticas públicas. Entre os fatores que contribuíram para a sua proliferação, destaca-se a globalização, cujas influências alteraram os processos produtivos em direção à flexibilização, à descentralização e à interdependência dos setores.

O termo "rede" sugere uma teia de vínculos, relações, bem assim ações entre indivíduos e organizações; e mais: redes se tecem ou se dissolvem continuamente, em todos os campos da vida societária. As redes estão presentes em nosso cotidiano (nas relações comunitárias, de parentesco e de vizinhança), no mundo dos negócios, na vida pública e, além disso, promove a interação entre os setores. (MENDONÇA, 2006, p.423)

Dessa forma, segundo Bonafont (2004), os sistemas socioeducativos devem atuar em forma de redes, provocando a interação dos atores envolvidos no programa. Para ele, essas interações em redes tornam-se necessárias a partir do momento em que o governo não consegue encarar sozinho as demandas sociais, que são cada vez

maiores e mais complexas, surgindo a necessidade de cooperação, entre diversos grupos, para executarem as decisões e colocar as políticas em prática, além de oferecer respostas convincentes para problemas próprios da sociedade.

Para Fleury (2002), a gestão em redes seria a solução adequada para administrar políticas e projetos onde recursos são escassos, os problemas são complexos e existem muitos atores interessados. Complementando o pensamento de Fleury, as autoras Loiola e Moura (1997) identificam a necessidade de se promover uma articulação mais atuante entre os atores públicos e os privados, tornando necessária a presença de uma rede de informações local, impulsionada por um centro, a qual permite articular os diversos atores do Estado e da sociedade civil em torno de uma ação pública integrada e benéfica a todos.

De maneira geral, Castells (2001, p.498) conceitua a gestão em redes de maneira objetiva:

redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho). Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio.

As redes de políticas, assim, podem ser vistas como relacionadas a sistemas. Nessa linha, Pierre Bourdieu (2005) descreve os sistemas simbólicos, como instrumentos de conhecimento e de comunicação do mundo social. Onde através deles as estruturas relacionais simbólicas condicionam as relações sociais e exercem um poder estruturante dos processos de interação nos respectivos campos sociais ou, no caso de redes de políticas públicas, campos de políticas.

Tendo em vista que a natureza transversal da política de direitos é a incompletude institucional, o Conanda (2006) define que a incompletude institucional revela a lógica presente no ECA quanto à concepção de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais para a organização das políticas de atenção à infância e à juventude. Devido a isso, acaba por ser tornar indispensável a articulação das várias áreas para maior efetividade e eficiência da política socioeducativa. (PEREIRA; ZAMORA; ALAPANIAN, 2014).

Os programas de execução de atendimento socioeducativo deverão ser articulados com os demais serviços e programas que visem atender os direitos dos adolescentes (saúde, defesa jurídica, trabalho, profissionalização, escolarização etc). (CONANDA, 2006).

O Conanda através da Resolução nº 119, que instituiu o Sinase, determinou que os programas de execução de medidas socioeducativas: liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade; semiliberdade e internação, sejam executados de forma integrada, ou seja, por meio de ações executadas pelas diversas políticas setoriais, que integram a administração pública, demandando assim, ações públicas que atendam a integralidade de suas necessidades humanas.

O Ministério dos Direitos Humanos defende que, por se tratar de um sistema de atendimento, que tem como foco os adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, cuja tarefa é garantir o acesso à proteção integral, há sempre que se falar sobre a integração entre os diversos programas, projetos, serviços e benefícios ofertados por todas as políticas públicas setoriais (DIREITOS HUMANOS, 2013).

A política de atendimento dos direitos humanos de crianças e adolescentes operacionaliza-se através de três tipos de programas, serviços e ações públicas; 1) serviços e programas das políticas públicas, especialmente das políticas sociais, relativos à política de atendimento dos direitos humanos de crianças e adolescentes; 2) serviços e programas de execução de medidas de proteção de direitos humanos; e 3) serviços e programas de execução de medidas socioeducativas e assemelhadas (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, 2013, p.53)

Desta forma, a Secretaria dos Direitos Humanos (2006) conclui que a operacionalização na forma da rede integrada de atendimento é essencial para a efetivação das garantias dos direitos dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, contribuindo efetivamente no processo de inclusão social do público atendido.

A seguir, serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa.

3 Procedimentos Metodológicos

A análise do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo foi desenvolvida por meio de três procedimentos metodológicos, entre eles, observação participante, pesquisa documental e entrevistas individuais semi-estruturadas com roteiro pré-definido. A imersão da Residência em Políticas Públicas foi realizada no período de 29 de agosto de 2018 a 29 de outubro de 2018, na Unidade de Internação Provisória de São Sebastião (UIPSS).

Na pesquisa exploratória, foram utilizados dados primários e secundários, que auxiliaram na resposta tanto do objetivo geral, assim como dos objetivos específicos. Durante a pesquisa foram elaborados diários de campo, totalizando cinco, que também contribuíram para o registro e organização dos dados coletados durante a pesquisa.

Foi realizada uma pesquisa quantitativa sobre dados quantitativos, com caráter estatístico, referentes ao número de reincidência nas entradas dos adolescentes dentro da UIPSS.

Cabe ressaltar, apesar dos servidores da Unidade de Internação Provisória de São Sebastião serem receptivos e ajudarem na busca por dados, que houve certa dificuldade na coleta de informações vinculadas às taxas de reincidência dos jovens atendidos pela unidade nos últimos cinco anos, em relação aos dados quantitativos, principalmente por causa de sua plataforma virtual, que não faz a contagem automática dos casos de adolescentes com mais de uma passagem na UIPSS. Os procedimentos utilizados serão descritos nas próximas subseções.

3.1 Observação Participante

Esta modalidade de metodologia é explicada por Serva e Junior (1995) como uma técnica de coleta de dados que ocorre no ambiente natural de vida dos observados, sendo uma relação “face-a-face” do observador e observado, que interagem ao longo da pesquisa. A observação participante, segundo Gil (2008), é considerada como uma técnica que auxilia a conhecer a vida de determinado grupo, a partir do seu interior.

No campo, fazem parte de uma relação de intersubjetividade a interação social com o pesquisador, resultando um produto novo e confrontante tanto com a realidade

concreta como com as hipóteses e pressupostos teóricos, num processo mais amplo de construção de conhecimentos. (MINAYO; SANCHES, 2003)

No caso desta pesquisa a observação participante ocorreu por completo na Unidade de Internação Provisória de São Sebastião, especificamente na Direção, em Brasília – DF. A primeira observação participante foi realizada no dia 29 de agosto de 2018, que teve como objetivo conhecer o local onde seria realizada a imersão. Ainda no dia 29 de agosto de 2018 foi possível conhecer as instalações da Unidade e parte da equipe de servidores da Unidade. Neste dia, foi também possível conhecer dos adolescentes que se encontravam em um dos pátios da Unidade enquanto eles jogavam uma partida de xadrez.

A observação participante também ocorreu durante uma das ações desenvolvidas pela Unidade junto aos adolescentes e seus responsáveis, que é chamada de Reunião de Acolhimento, além de ter acontecido também durante a cerimônia de abertura e encerramento das Olimpíadas realizada na UIPSS nas datas de 27 de setembro de 2018 e 05 de outubro de 2018, respectivamente. Por fim, todo esse processo foi registrado no decorrer da imersão da pesquisa em um total de cinco diários de campo. Cabe lembrar que a observação participante auxiliou nas respostas ligadas aos objetivos específicos, principalmente no primeiro, segundo e terceiro: identificar quais as ações realizadas pela UIPSS junto aos jovens em conflito com a lei; averiguar quais dessas ações têm despertado mais interesse nos jovens; e investigar qual o desempenho dos jovens mediante as ações de escolarização promovidas pela UIPSS.

3.2 Pesquisa Documental

Outro procedimento utilizado neste trabalho foi a pesquisa documental. Nesta modalidade, a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes secundárias. Estas podem ser recolhidas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois (MARCONI; LAKATOS, 2006, p.62).

Para Gil (2008), a pesquisa documental se assemelha à pesquisa bibliográfica, com diferenças na natureza da fonte, enquanto na pesquisa documental existe uma busca por materiais que ainda não possuem algum tipo de tratamento analítico. Neste trabalho, foram realizadas pesquisas tanto documentais, quanto bibliográficas, de

caráter primário e secundário, corroborando com a construção dos diários de campo e, da mesma forma, com a resposta do objetivo geral e dos objetivos específicos.

Entre os documentos utilizados para a elaboração da análise estão a Lei nº 8069, de 31 de julho de 1990, que institui a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente; a Lei Federal 12.594/2012 em 18 de janeiro de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo; o documento Base sobre o SINASE, elaborado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente em 2006; o livro do Projeto Político Pedagógico das Medidas Socioeducativas do Distrito Federal - Internação, elaborado em 2013, desenvolvido pela Secretaria da Criança; e planilhas e relatórios disponibilizados pela UIPSS.

Ainda sobre os dados coletados por meio de documentos estão a Cartilha do Visitante, de dezembro de 2017, a Lei de Diretrizes e Base da Educação (Lei nº 9.394/1996), referentes à Reunião de Acolhimento e a Escolarização no Sistema Socioeducativo. E uma lista disponibilizada pela Gerência Sociopsicopedagógica da UIPSS, com a relação das atividades diárias dos adolescentes no período de 10 de setembro de 2018 à 16 de setembro de 2018. A partir da interpretação dos dados coletados, foi possível viabilizar a análise proposta pela pesquisa.

Além destes documentos, também foram utilizadas bibliografias de diversos autores, como Piana (2009), Pastorini (2006), Abad (2002), entre outros. Todos abordam conceitualmente políticas sociais e juventude, além de discutirem o conceito das medidas socioeducativas, principalmente nas pesquisas bibliográficas dos autores Jimenez e Frasseto (2007), Freire (1997) e Arruda (2013), os quais esclarecem o conceito de socioeducar dentro de um sistema marginalizado, contribuindo para uma melhor compreensão do assunto tratado e, conseqüentemente, para responder os objetivos da pesquisa.

Com a pesquisa documental foi possível responder o quarto ponto dos objetivos específicos, que se propõe a identificar qual o nível de reincidência na UIPSS dos jovens que foram atendidos nos últimos cinco anos.

3.3 Entrevistas

Como uma forma de proporcionar a aproximação do objeto de análise com o pesquisador, a metodologia da entrevista foi utilizada, visto que, para Gil (2008), esta modalidade de pesquisa é uma forma de interação social, uma forma de diálogo

assimétrico, no qual o entrevistador formula perguntas para o entrevistado, buscando dados que sejam importantes, e acrescentem no resultado de sua pesquisa.

As entrevistas foram realizadas de forma semi-estruturadas. Entrevistas desse caráter abordam livremente o tema proposto, e é explicado por Markoni e Lakatos (2006, p.94) como: “uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal”.

Todas foram realizadas na Unidade de Internação Provisória de São Sebastião, em locais diversos, entre eles a Direção, Biblioteca e o Pátio. Ao todo, seis entrevistas individuais e coletivas, formais e informais, sendo as formais semi-estruturadas e com roteiro pré-definido. Todas as entrevistas formais foram gravadas em aparelho de áudio, contabilizando cerca de cinco horas de transcrição.

Quadro 1 – Relação de entrevistados por cargo

ENTREVISTADOS	CARGO
Entrevistado 1	Diretor da Equipe Psicopedagógica da UIPSS
Entrevistado 2 (conversa informal)	Especialista 1 do Módulo 2
Entrevistado 3 (conversa informal)	Especialista 2 do Módulo 2
Entrevistado 4 (conversa informal)	Responsável por adolescente
Entrevistado 5 (conversa informal)	Adolescente
Entrevistado 6 (conversa informal)	Professor
Entrevistado 7 (conversa informal)	Professora

Fonte: Autoria Própria

Ao todo, foram sete entrevistas: uma individual semi-estruturada, com utilização de roteiro prévio em quatro etapas realizadas com o diretor da gerência sociopsicopedagógica, e mais quatro entrevistas informais com a equipe de Especialistas do Módulo¹ 2, uma responsável por adolescente que participou da

¹ A Unidade disponibiliza ao todo 180 vagas, e se organiza dividindo os adolescentes por Módulos, ao todo são sete módulos, definidos de acordo com alguns requisitos como: faixa etária, complexão física e ato cometido.

Reunião de Acolhimento, um adolescente e dois professores alocados na Unidade. A entrevista formal foi realizada com a pessoa de referência para a imersão, o Diretor da Gerência Sociopsicopedagógica. As quatro primeiras conversas informais aconteceram na Sala de Acolhimento, junto com os Especialistas que realizaram a Reunião de Acolhimento, as responsáveis e o adolescente; a quinta e sexta ocorreram durante a cerimônia de encerramento da Olimpíada.

A partir das entrevistas com os servidores da UIPSS foi possível compreender um pouco do funcionamento da política e obter dados que auxiliaram para a pesquisa respondendo alguns dos pontos dos objetivos específicos, mais especificamente o primeiro, segundo e terceiro pontos, corroborando com os dados obtidos relacionados às ações desenvolvidas e à escolarização desenvolvida junto aos adolescentes atendidos na Unidade, assim como outros dados para complementar a pesquisa documental.

3.4 Análise de Dados

A análise dos dados obtidos ocorreu por meio da análise de conteúdo, onde foi feita uma triangulação entre as análises documentais e os conteúdos das entrevistas, organizados a partir dos objetivos específicos. Conforme Richardson (2001, p.224), a análise de conteúdo é utilizada em pesquisa qualitativa e costuma ser feita através de uma primeira leitura do material coletado para organizar “as ideias incluídas para, posteriormente, analisar os elementos e as regras que a determinam”.

Para Bardin (2009), a análise de conteúdo, utilizada como método científico, torna-se um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

A metodologia auxiliou na interpretação dos dados obtidos, além de auxiliar na resposta do segundo e terceiro objetivos específicos da pesquisa, sempre recorrendo também ao referencial teórico utilizado.

4 Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo na UIPSS

Esta seção destina-se à apresentação do diagnóstico da pesquisa a partir das categorias de análise organizadas com base nos objetivos específicos e também à luz do referencial teórico. Sendo eles: Identificar quais as ações realizadas pela UIPSS junto aos jovens em conflito com a lei; Averiguar quais dessas ações têm despertado mais interesse nos jovens; Investigar qual o desempenho dos jovens mediante as ações de escolarização promovidas pela UIPSS; e Identificar qual o nível de reincidência na UIPSS dos jovens que foram atendidos nos últimos cinco anos.

Portanto, esta seção divide a unidade de análise, o atendimento de adolescentes em conflito com a lei, mais especificamente aqueles que são atendidos na Unidade de Internação Provisória de São Sebastião (UIPSS) em categorias e serão discutidas em duas subseções.

A primeira subseção abordará acerca dos três primeiros pontos dos objetivos específicos que trata a respeito das Ações Desenvolvidas Junto aos Adolescentes, em que são apresentadas as ações que vem sendo desenvolvidas com os adolescentes e seus responsáveis por parte da UIPSS, mostrando qual dessas ações têm chamado mais a atenção dos adolescentes e alguns resultados percebidos através da implementação dessas ações, além de abordar o terceiro ponto dos objetivos que faz referência a escolarização recebida dentro de uma Unidade de Internação.

A segunda subseção tratará a respeito da Taxa de Reincidência e Ressocialização dos Adolescentes em Conflito com a Lei, onde serão elencadas expectativas resultantes do trabalho desenvolvido na Unidade de Internação Provisória de São Sebastião quanto à ressocialização dos meninos após sua passagem pela UIPSS, bem como demonstrar as taxas de reincidência dos jovens atendidos pela UIPSS nos últimos cinco anos. No caso desta segunda categoria de análise discute o último objetivo específico proposto.

4.1 Ações Desenvolvidas Junto aos Adolescentes

A partir da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, sob a Lei nº 8069, de 31 de julho de 1990, que garantiu proteção integral à criança e ao adolescente, foi

instituído pela Lei Federal 12.594/2012 em 18 de janeiro de 2012, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), que resultou em um guia na implementação das Medidas Socioeducativas. O Sinase estabeleceu e reuniu um conjunto de diretrizes que buscam padronizar os procedimentos jurídicos relacionados aos atos infracionais praticados por jovens, regulando desde a apuração do ato infracional até a aplicação das medidas socioeducativas, conforme os princípios de direitos humanos em consenso com a Constituição Federal de 1988 e com o ECA.

Além disso, o Sinase definiu parâmetros de atendimento aos adolescentes, com ênfase em ações voltadas para educação, saúde e profissionalização, indicando como devem ser as equipes interdisciplinares e a estrutura de unidades que cumprem as medidas socioeducativas.

Baseado nesta perspectiva, o Entrevistado 1 explica que dentro da Gestão de Sistemas existe a carreira socioeducativa, e dentro dessa carreira existem os especialistas: assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, servidores da área do direito, administradores, arquitetos, contabilidade. Enquanto na execução da socioeducação só existem assistentes sociais, pedagogos e psicólogos. Ainda em seu depoimento, o Diretor afirma que está começando a incluir servidores da área do direito, porque estes são considerados essenciais. Este tipo de equipe é denominado Equipe Multidisciplinar, que tem a função de fazer todo o acompanhamento do jovem.

Na Direção da UIPSS existe a Gerência Administrativa, dentro dela existem dois Núcleos, de Documentação e de Manutenção, e também a Gerência de Segurança, dividida em quatro Plantões, que são as Coordenações com suas equipes, formadas pelos Agentes. Existe a Gerência Sociopsicopedagógica, onde estão vinculados os especialistas, e a Gerência de Saúde, contando com psicólogos e enfermeiros. A Unidade, segundo o Diretor (2018), não dispõe ainda do organograma ideal, como, por exemplo, ele cita a ausência de médicos, dentistas e psiquiatras vinculados à Unidade, o que faz a Unidade depender de políticas externas.

Quanto a organização dos adolescentes, a UIPSS só recebe adolescentes do gênero masculino, sendo assim, as adolescentes são encaminhadas para a Unidade de Internação de Santa Maria. A Unidade disponibiliza ao todo 180 vagas, e se organiza dividindo os adolescentes por Módulos, ao todo são sete módulos, definidos de acordo com alguns requisitos como: faixa etária, complexão física e ato cometido.

No Módulo 1 se encontram os meninos de primeira passagem na Unidade e não na Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA), pois o Diretor (2018) afirma

que existem casos de adolescentes que podem ter várias passagens pela DCA, mas nunca terem sido encaminhados para cumprir a medida socioeducativa. O módulo tem como finalidade evitar a cooptação vinda de outros adolescentes que já possuam uma trajetória infracional, além de visar agregar estes adolescentes de primeira passagem com o intuito de evitar o que o Diretor da Equipe Sociopsicopedagógica (2018) cita como “cultura de cadeia”, o que, segundo ele, é uma situação complicada. Em suas palavras:

Essa cultura seriam as regras implícitas pelos próprios jovens que já possuem mais de uma passagem dentro do sistema. Então a finalidade do Módulo 1 é mostrar aos jovens a existência dessa cultura e ao mesmo tempo mostrar que eles não precisam vivenciá-la, através de um trabalho envolvendo a equipe técnica e a equipe de segurança que mostra a esses meninos que aquele é um espaço que ele não precisa voltar a ocupar, mas, sim, devendo ocupar espaços na comunidade fora da Unidade. (ENTREVISTADO 1, 2018).

Os Módulos 2, 3, 4 e 5 se dividem de acordo com a faixa etária, de 12 a 17 anos de idade, e de acordo com sua complexão física, recebem adolescentes que possuem duas ou mais passagens pela Unidade.

O Módulo 6 é chamado de Preservação de Integridade Física (PIF), nele se encontram os adolescentes que cometeram atos análogos de crimes sexuais e aqueles que possuem necessidades especiais. Em seu relato, o Entrevistado 1 diz que infelizmente a Unidade não conta com espaço para fazer a separação desses dois tipos de adolescentes, e nas palavras dele:

Dói o coração receber adolescentes que necessitam desse acompanhamento, porque o PIF está muito longe de ser o espaço adequado para estes jovens, isso devido ao fato de que estarão com adolescentes que são “normais”, mas que cometeram atos altamente reprováveis e eles acabam sendo inseridos neste grupo, o que acaba não sendo justo. (ENTREVISTADO 1, 2018).

O Módulo 7 funciona como módulo de reflexão, ou como módulo disciplinar. É destinado para os meninos que já se encontram dentro da UIPSS e que cometem algum tipo de falta média ou grave, enquanto os que cometem faltas leves permanecem em seus módulos. Uma vez neste módulo, o adolescente passa por um conselho que decidirá quanto tempo ele ficará neste módulo de reflexão, caso ele passe pelo conselho e seja analisado que a falta cometida não se encaixa como uma de caráter média ou grave ele retorna para seu módulo de origem. Este conselho deve ocorrer com até 5 dias úteis após a transferência do jovem.

As ações desenvolvidas pela UIPSS junto aos adolescentes se iniciam com o Acautelamento, onde é identificado se o jovem possui algum tipo de rixa no lado de

fora com algum outro adolescente, e caso exista é feita a separação de acordo com a faixa etária e complexão física, depois são alocados nos Módulos adequados.

As oficinas dentro da Unidade são ministradas pelos servidores que são da Segurança, os agentes, enquanto os Especialistas não estão desenvolvendo oficinas no momento.

Os Especialistas têm ações mais voltadas para os atendimentos com os familiares e responsáveis e o atendimento direto com os adolescentes de forma individual. O atendimento ocorre através de conversas, a sensibilização, produção de relatórios e encaminhamentos para a Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Social (Sedest), para os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), para os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e para o Conselho Tutelar, quando os adolescentes não possuem alguma referência familiar e se encontram em situação de rua, além de pedir aplicação de medida protetiva. Segundo o Entrevistado 1, as ações deste grupo são mais direcionadas para assistência social do que para a psicologia devido ao curto espaço de tempo. E trabalham com projetos pontuais. Por exemplo, em um grupo identificado com certo grau de violência, é trabalhada uma temática específica com aquele grupo. “O direcionamento é um pouco mais fino, ele não é tão geral. O agente já chega com uma abordagem de bronca, de orientação, enquanto os Especialistas vão trabalhar mais com a sensibilização”.

A Unidade conta com a participação de um educador físico, que aplica atividades de lazer voltadas para os esportes. Sua oficina está sendo repensada para que não seja destinada apenas para apitar partidas de futebol, mas que, segundo o Entrevistado 1 (2018), permita apresentar aos jovens outros esportes como vôlei, basquete, corrida. E acrescenta que assim “desperte o interesse dos meninos a procurarem os Centros Olímpicos quando saírem da Unidade, sendo outra possibilidade de tirar os adolescentes da rua e diminuir o tempo ocioso”.

O psicólogo da Gerência de Saúde desenvolve uma oficina chamada de Manejo de Estresse, sendo uma das ações desenvolvidas na Unidade que está voltada para o campo da saúde.

A Unidade conta com a Oficina de Xadrez, que atualmente é ministrada por uma agente. Nesta oficina é mostrado para os adolescentes através da escrita e do xadrez a existência de uma possibilidade de vida diferente. A oficina busca a partir das partidas de xadrez uma reflexão sobre a vida dos jovens. Depois das partidas, é

entregue uma folha com palavras motivacionais como: respeito, evolução, perseverança, decisão *etc.* E os meninos selecionam algumas, e desenvolvem dissertações sobre aquelas palavras selecionadas com relação a momentos vivenciados por eles em alguma parte de sua vida. Segundo o Entrevistado 1, a oficina está tendo boa receptividade.

A partir da Oficina de Xadrez viu-se a necessidade de criar uma oficina de Contação de História, porém, ainda está sendo formulada, e irá contar com a participação do Instituto Revarte, que é uma ONG criada no Ceará. O Instituto Revarte trabalha com projetos sociais, cultural e comunitário visando melhorar a qualidade de vida das pessoas. No caso da participação junto à UIPSS, o Instituto Revarte desenvolve atividades de empréstimo de livros, pesquisa, contação de história, reforço escolar e leitura, assim como desenvolvido em suas instalações no Ceará. Contará também com o apoio do Instituto Ser Livre, que está incluindo em seus projetos a socioeducação neste ano de 2018, uma vez que eram totalmente voltados para o sistema prisional. O Instituto Ser Livre trabalha com cursos profissionalizantes, mas o Diretor destaca que por causa da carga horária, já que esta demanda no mínimo 40/60 horas semanais, e dentro da Unidade só é possível garantir 28/32 horas semanais devido ao universo muito grande de adolescentes atendidos, o projeto será moldado para a iniciação profissional, pintura e atividades que despertem o interesse do jovem em uma formação, criando assim “uma percepção de que o jovem não precisa estar na vida do crime e que pode sim arranjar um emprego”. (ENTREVISTADO 1, 2018)

A Oficina de Iniciação à Informática chegou a ser iniciada com o Instituto Ser Livre e parceria da Dytz Informática, que apresentavam a carga horária de 28 horas de iniciação profissional, mas, devido ao término do contrato do professor que ministrava as aulas, a oficina foi extinta. Atualmente, o espaço que funcionava a Oficina de Iniciação à Informática está sendo utilizado para a Oficina de Xadrez.

Ações que estão voltadas para ações pedagógicas, contam com a participação dos servidores da Unidade também, nas palavras do Entrevistado 1 (2018), “infelizmente o Estado não viu em suas prioridades do momento a necessidade de colocar oficinas funcionando na Unidade.”. E destaca que uma Oficina de Serigrafia funcionaria muito bem dentro da Unidade devido à alta rotatividade de adolescentes atendidos, e com isso são gastas muitas roupas e uniformes se tornando possível a utilização da própria roupa durante a confecção, além de incentivar a profissionalização.

O Entrevistado 1 relata que a Unidade conta com um número reduzido de servidores no qual ele não considera ser ideal. Para ele, uma equipe ideal para atender a quantidade de 180 adolescentes seria um total de 280 servidores da segurança e 40 especialistas. Ele acrescenta que a Unidade já chegou a dispor deste número de servidores antes do fim da terceirização. Ele diz que atualmente conta com uma equipe de apenas 12 especialistas, sendo que a Unidade deveria contar com 24 servidores, enquanto na equipe de segurança a Unidade deveria contar com 176 agentes, e só estão alocados 152.

Outra ação desenvolvida pela Unidade é a escolarização, onde se tem a escola mostrando para o adolescente a importância de se voltar a estudar através da Pedagogia de Projetos e do ensino multiseriado. o Entrevistado 1 (2018) explica que, “esse tipo de ensino abrange salas de aulas com alunos de diferentes idades e níveis educacionais”. Quanto à Pedagogia de Projetos, o Diretor (2018) esclarece que a metodologia é adotada devido ao curto espaço de tempo dos adolescentes na Unidade: “toda atividade iniciada pela professora no dia tem que ser finalizada naquele mesmo dia”. A escolarização conta com professores da Secretaria de Educação e dentro da Unidade fazem parte do Núcleo de Ensino vinculado ao Centro Educacional São Francisco em São Sebastião, também conhecido como Chicão. É feito um termo de cooperação entre esses professores e a UIPSS, assinado pela SECRIANÇA e a Secretaria de Educação do Distrito Federal. Os professores são selecionados através de um concurso interno, além de passarem por uma banca que avalia o tempo de matrícula destes servidores, além do projeto interventivo dos professores, onde é analisado se o professor possui empatia e entendimento em relação à causa, ao Sinase, ao ECA e o pensamento socioeducativo. O Diretor da Equipe Sociopedagógica (2018) durante seu discurso relata que já ocorreu de receberem um professor que não se encaixava com o modelo que a Unidade necessita e não deu certo. Segundo ele,

a UIPSS tem o ideal de que o ser humano pode mudar, possui a missão de que o adolescente entre de um jeito e saia melhor, possui o entendimento de que não são juízes, mas sim executores de ações garantindo para eles todos seus direitos, então os professores que chegam na Unidade já têm que chegar com essa formação, a sala de aula é um espaço democrático, mas necessita de uma intenção.

Aos finais de semana a Unidade recebe voluntários de grupos religiosos que promovem atividades religiosas dentro da UIPSS nos pátios, mas o entrevistado

explica que não acontece todos os finais de semana, e por se tratar de trabalhos voluntários não pode ocorrer uma cobrança de frequência.

A Unidade foca no trabalho com o adolescente, mas abrange suas ações para o trabalho com as famílias. As visitas ocorrem aos finais de semana dependendo da faixa etária do jovem, onde só é permitida a entrada do responsável (caso o responsável não apareça na Unidade, o adolescente tem direito a fazer contato via telefone com o responsável, este acontecimento é registrado no banco de dados), o Entrevistado 1 (2018) explica que “a Unidade é muito cuidadosa em verificar pessoas de referência para aquele jovem, sendo assim, aquela pessoa se torna responsável pelo jovem e passa a ter um suporte junto com o adolescente”. Após o adolescente ser apreendido, a UIPSS promove o que é chamada de Reunião de Acolhimento, onde são chamadas todas as famílias dos adolescentes que deram entrada na semana em que a reunião ocorre, e lhe são passadas informações e orientações relativas ao caso do jovem. Após esta reunião, é feito um Contrato Pedagógico, onde todos se tornam coparticipantes durante o período de internação provisória, e ainda é feito um trabalho junto aos responsáveis de conscientização do caso. O Entrevistado 1 (2018) afirma que a finalidade da reunião é “mostrar para os responsáveis que após a medida o jovem voltará para a realidade dele, então é preciso fazer algumas mudanças para que este adolescente não volte a cometer atos infracionais.”.

Após a participação na Reunião de Acolhimento, foi revelado pelos Entrevistados 2 e 3, em conversa informal, que as famílias muitas vezes não entendem o que está de fato acontecendo com os adolescentes dentro da socioeducação, muitas vezes por falta de instrução, como o caso da Entrevistada 4, que durante a Reunião de Acolhimento declarou que a medida socioeducativa recebida por seu filho ocorreria de forma similar ao encarceramento do sistema penitenciário, e a missão dos entrevistados 2 e 3 é fazer mudar essa visão errada do sistema.

O Entrevistado 1 destaca algumas das ações desempenhadas pela antiga gestão junto aos adolescentes que foram mantidas na atual gestão, entre elas o que é denominado como Encontro da Manhã, que consiste em um encontro dos agentes, então é feito um planejamento de como será o dia, depois esse planejamento é levado aos adolescentes para que se escute as demandas deles. Ele destaca também a existência da Jornada Pedagógica, que foi aprimorada na gestão atual e funciona como um centro organizacional dentro da Unidade. Segundo ele, ela consiste em

organizar as atividades do adolescente ao longo do dia, além de garantir que aquele adolescente esteja em atividade quando ocorrem as visitas dos Órgãos Fiscalizadores.

A confecção da Jornada é feita uma vez por semana, sempre na semana anterior da que está acontecendo, isso porque é uma forma de ter certeza que além da escolarização as outras atividades conseguirão ser garantidas com o apoio da equipe de segurança. Uma vez não se cumprindo alguma atividade deverá ser previamente justificado. O Diretor diz que é importante deixar sempre justificado devido as vistorias feitas pela Promotoria do Ministério Público que ocorrem de forma bimestral e trimestral no caso do Conselho Nacional de Justiça. Os inspetores chegam sem avisar e só conversam com os meninos, visitam as salas de aula averiguando o que está sendo passado, visitam os dormitórios, questionam se a alimentação está sendo cumprida *etc.*

O Entrevistado 1 afirma que o prazo de até 45 dias de permanência é cumprido, podendo um adolescente dar entrada no sábado e ter sua audiência marcada para quarta-feira e já ser liberado, ele diz que quanto a esse tipo de acompanhamento é tranquilo. Porém, relata existir um problema de entendimento em relação à lei da 1ª Vara da Infância e da Juventude do DF (VIJ 1), e da Vara Regional de Atos Infracionais da Infância e da Juventude do DF (VARAIJ), no que diz respeito ao tempo de permanência do adolescente dentro da UIPSS. A VIJ 1 entende que o jovem deve ser liberado a partir do 46º dia, caso não ocorra uma decisão judicial, já a VARAIJ entende que ao completar 45 dias o jovem tem que ser liberado. Nas palavras do Entrevistado 1 (2018), “é uma situação muito delicada, pois se existe um problema de interpretação assim em um ponto pequeno assim, nos assuntos mais complexos podem dar um problema maior.”

O entrevistado aponta que é solicitado um ofício do judiciário contendo um Relatório Social de adolescente após 15 dias de permanência, e explica que é esperado que o adolescente complete 8 dias de permanência dentro da UIPSS para começar a se gerar o relatório, antes dos 8 dias são gerados Registros de Atendimento.

Ao ser questionado sobre o Registro de Atendimento e sobre o Relatório Social, o entrevistado 1 explica que o primeiro atendimento começa a ser feito a partir da entrada do adolescente na Unidade, e o segundo acontece em um prazo de 15 dias, com até 22 dias para ser entregue. Isso porque ele é feito a partir das conversas com

os adolescentes com as famílias e do estudo preliminar do Núcleo de Atendimento Integrado (NAI), realizado em até 24 horas depois que o adolescente chega no Núcleo, onde é coletado o máximo de informações a respeito do adolescente como: investigação de familiar, investigação social, investigação sociocultural e investigação socioeconômica. O Entrevistado 1 explica que os adolescentes encaminhados pelo Núcleo Permanente de Plantão Judicial (Nupla), que funciona como um plantão do NAI aos finais de semana, dificultam ainda mais a elaboração deste relatório, pois o NUPLA fica sob encargo de um juiz de plantão, onde muitas vezes não está acostumado com a temática socioeducativa, e por isso encaminha um número maior de jovens para a Unidade, e além disso não realizam o estudo feito no NAI, ficando então sob responsabilidade da UIPSS de realizá-lo. Enquanto ao Registro de Atendimento, ele explica que é feito a partir de qualquer ação realizada dentro da Unidade em relação ao adolescente, indo desde uma ligação recebida pelo responsável até um atendimento realizado por um Especialista no Cadastro do Interno que futuramente é lançado no Sistema para Infância e Adolescência do SINASE (SIPIA).

Em um breve contexto, o SIPIA funciona como banco de dados nacional. Nesta plataforma constam todas as informações pessoais do jovem e é possível obter um relatório de todos os acontecimentos referentes ao adolescente durante sua passagem no sistema socioeducativo incluindo a quantidade de passagens e o tipo de ato cometido. Qualquer alteração feita nos registros do SIPIA fica registrado o dia, a hora e o CPF do responsável pela alteração. No SIPIA ainda é possível ter acesso aos relatórios de saúde dos adolescentes.

Desta maneira, em relação as ações desenvolvidas pela UIPSS junto aos adolescentes, tendo em vista o que o Sinase prevê em seu regimento, a UIPSS tem fornecido meios de atender as especificações quanto a proteção, promoção e a defesa dos direitos a saúde, educação, esporte, cultura e lazer, dentre outros, que se encontram previstos no Sinase. Visto que se trata de uma política socioeducativa que atua de maneira “interdisciplinar” e “intersetorial”, e segundo Pereira (2014), poderá, em alguns casos, assegurar, pela primeira vez talvez, o acesso à essas políticas públicas por parte dos adolescentes atendidos e seus familiares/responsáveis que lhes são direito, e que em algum momento de sua trajetória lhes foram negados. E ainda pode ser explicado por Jimenez et al. (2012), quando se tem a ação socioeducativa como um conceito novo, sendo esperado que ele trouxesse novas

práticas, mas para que essas fossem concretizadas seriam necessários diretrizes, metodologias de ação, o projeto pedagógico, recursos didáticos, reflexão sobre a realidade social e dos conteúdos e a contextualização do universo do adolescente.

Sobre as ações que possuem um número maior de participação dos jovens atendidos na UIPSS, o Entrevistado 1 (2018) explica que os adolescentes passam por todas as ações desenvolvidas dentro da Unidade, e quando se negam a participar de alguma ação e oficina, o caso é devidamente registrado, e os adolescentes são encaminhados para alguma outra ação para que não fique com tempo ocioso. Ele ainda explica que de todas as ações presentes no quadro da UIPSS, apenas a Escola possui obrigatoriedade para todos, pois esta está dentro da proposta da medida socioeducativa.

Questionado sobre as políticas sociais voltadas para a juventude, defendido por Lagree (1999), a importância de se pensar em políticas destinadas a esta parcela da sociedade, acrescentado que o Sinase por ter uma gestão participativa, lhe é abordado sobre a importância de oferecer espaço de fala para que os jovens possam trazer seus pontos de vista, o entrevistado 1 diz que durante os atendimentos com os Especialistas, muitos adolescentes fazem recomendações, críticas e elogios, e que todas essas considerações são encaminhadas à Direção para que sejam debatidas com as Gerências, visando encontrar possíveis soluções para os pontos levantados.

A partir da observação feita durante a Reunião de Acolhimento, quando questionados sobre a rotina dentro da UIPSS pelos especialistas que realizavam a reunião, o Entrevistado 5, em conversa informal, destacou que suas atividades preferidas eram a Oficina de Esportes e a de Xadrez, mas destacou o interesse em voltar a frequentar a escola após deixar a unidade. Outros adolescentes presentes expressaram pensamentos parecidos com o do entrevistado.

Sob o ponto de vista do Entrevistado 6 e do Entrevistado 1, a Oficina de Esportes é a que mais desperta interesse dos jovens em um contexto geral, porque, segundo eles, é o momento em que os adolescentes “saem das grades”. O Entrevistado 1 aponta que atividades deste cunho são difíceis de serem elaboradas devido ao número reduzido de servidores dentro da Unidade, e volta a acrescentar que a oficina passará por alterações, com intuito de fazer o jovem se interessar em frequentar os Centros Olímpicos, além de usufruir de políticas públicas já existentes que possuem esta mesma característica. Os entrevistados 1 e 6 acrescentam também que a Oficina de Xadrez teve boa aceitação dos adolescentes, o que fez com que a

equipe incluísse na Olimpíada organizada pela UIPSS a modalidade de Xadrez. Essa decisão, segundo o Entrevistado 6, criou grande expectativa junto aos adolescentes.

Além destas duas oficinas, o Entrevistado 1 destaca também o interesse dos jovens na Pedagogia de Projetos, e ressalta que é totalmente diferente da escolarização que acontece nas demais unidades do Distrito Federal. Segundo ele:

As outras unidades não copiar esse modelo de aprendizado é uma das coisas que não conseguimos entender, porque você pode pegar o modelo seriado e se torna muito mais contundente o trabalho se por exemplo, você pega um adolescente de 17 anos que já está finalizando o ensino médio e começa a pensar em vestibular e concurso público, porque não começar com ele desde então esse planejamento, para que eles possam investir nisso como um projeto de vida. (ENTREVISTADO 1, 2018).

Ele acrescenta que esse método tem apresentado um retorno positivo, já que os familiares tornam a voltar à Unidade para pegar encaminhamentos e matricular os adolescentes em escolas do ensino regular, uma vez que existem casos de adolescentes que estão afastados da escolarização durante muito tempo.

4.2 Desempenho das Ações de Escolarização

Dado o apontamento anterior, inicia-se a resposta para o terceiro objetivo específico que trata a respeito do desempenho dos adolescentes em relação às ações de escolarização promovidas na UIPSS, temos a 1ª Vara da Infância e da Juventude do DF pertencente ao TJDF, que defende que as medidas socioeducativas estão pautadas principalmente em uma proposta pedagógica, que visa à reinserção social do jovem, partindo da ressignificação de valores e da reflexão interna. Neste contexto, a escolarização tem um papel primordial, visto que o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo (2013) entende que:

A socioeducação é imprescindível como política pública específica para resgatar a imensa dívida histórica da sociedade brasileira com a população adolescente (vítima principal dos altos índices de violência) e como contribuição à edificação de uma sociedade justa que zela por seus adolescentes. (p.8)

Quanto à escolarização dentro da UIPSS, tem-se a existência de oito salas de aula, que são pequenas, organizadas em forma de círculos, contendo no máximo 15 adolescentes e o professor, funcionando de segunda à sexta-feira, nos turnos matutinos e vespertinos.

O Entrevistado 1 relata que no modelo de escolarização adotado pela gestão anterior (Amigonianos) os professores que atendiam dentro da UIPSS, anteriormente chamada de Centro Socioeducativo Amigoniano (CESAMI), eram contratados pelos próprios Amigonianos. Ele ainda relata que realizou uma visita no ano de 2003 ao CESAMI, e durante essa visita ocorreu uma apresentação de um dos padres a respeito do modelo de escolarização, que funcionava de forma seriada, possuía um número pequeno de professores, enquanto nos dias atuais a UIPSS possui professores por área de conhecimento, possuía o modelo de supletivo, o que segundo a LDB não se adequa às especificidades do sistema socioeducativo, e não possuía a carga horária escolar que a UIPSS oferece nos dias atuais.

A Secretaria da Educação assumiu a escolarização dentro da Unidade em 2009 e em 2013, fazendo então a Unidade agregar-se ao Centro Educacional São Francisco, também conhecido como Chicão. Atualmente, os professores que atuam dentro da UIPSS são servidores cedidos da Ced São Francisco, onde ocorre um termo de cooperação entre a Sescrância e a SEDF. O Entrevistado 1 relata que o termo vigente até o momento tinha validade até outubro deste ano de 2018, e acrescenta que será lançado outro termo de cooperação, garantindo a permanência dos professores tanto na UIPSS quanto nas outras Unidades, e afirma que termo de cooperação possui duas versões, uma para o sistema socioeducativo e outra para o sistema prisional, porém as duas estão ligadas à SEDF.

A Escola Nacional de Socioeducação - ENS e outras orientações do Sinase propõe uma gestão em centro socioeducativo para atingir os objetivos e as metas pleiteados e precisa conciliar a proposta socioeducativa e os meios para efetivá-la. Para a efetivação destas propostas, a gestão deve conhecer as políticas públicas, o centro socioeducativo com todas as suas peculiaridades e planejar as ações, tendo o Projeto Político Pedagógico - PPP - como norteador de todas as ações, de onde deriva os instrumentais a serem utilizados pelo centro, como, por exemplo, o Plano Individual de Atendimento, estudo de caso, plano de ação, regimento interno e demais instrumentos a serem utilizados, com fundamentação teórica metodológica comum a todos. O Sinase em uma de suas orientações indica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) como norteadora do projeto pedagógico na socioeducação, onde através dela é feito um Projeto Político Pedagógico voltado especificamente para as medidas socioeducativas.

A escolarização na UIPSS é pautada no Projeto Político Pedagógico das Medidas Socioeducativas do Distrito Federal - Internação, lançado em 2013. O documento foi elaborado através da participação da equipe que anteriormente pertencia ao Cajé, pois era uma unidade de referência na época, junto com a Secretaria de Educação entendendo a LDB. O documento se tornou desatualizado, visto que, estão presentes no documento pontos que eram considerados desafios e metas para a época que foi elaborado, desafios que já foram sanados e metas que foram alcançadas. Nos dias atuais, o PPP vigente acaba não cumprindo com o propósito de orientação de um PPP. O Entrevistado 1 (2018) aponta que “no final das contas o PPP pareceu mais uma carta de intenções, do que de fato um PPP”.

Desta forma, é possível compreender que o PPP vigente não atende as necessidades da medida de internação provisória, se tornando necessários a elaboração e o lançamento de um projeto atualizado e funcional.

As ações de escolarização com o adolescente na UIPSS têm início no segundo dia útil após sua chegada na unidade. No primeiro dia útil é feita a ambientação e a observação do adolescente em relação aos outros adolescentes, onde é analisado se existem rixas, caso exista, o adolescente terá que ser mudado de grupo. Essa ação serve também como um resguardo para o professor que se encontra dentro da sala de aula.

Questionado sobre como ocorrem as transferências para o ensino regular após a passagem pela UIPSS, já que um dos objetivos da unidade é promover um interesse dos jovens a dar continuidade aos estudos, sendo este um fator primordial para que a ressocialização seja efetiva, o entrevistado 1 aponta que existe um desafio na UIPSS desde o lançamento do PPP, que é de sanar a tramitação de documentos. Segundo ele, os familiares/responsáveis muitas vezes não fornecem a documentação do adolescente que está sendo atendido pela unidade, por mais que ocorra a sensibilização por parte dos Especialistas, pois a partir do momento em que o jovem se vincula à UIPSS ele receberá escolarização da mesma forma como se ele estivesse fora do sistema. E que ao final de sua passagem ele receberá um certificado que não indicará que ele passou por uma unidade de internação, mas sim que ele foi aluno do Centro Educacional São Francisco. Nas palavras dele:

A sensibilização é um trabalho diário, eu me lembro da época em que eu ainda estava no Cajé e tinha menino saindo e eu não conseguia fazer a desvinculação dele junto à Secretaria de Educação, porque eu não tinha a documentação. Então isso é como se o jovem tivesse passado um ano e meio

lá comigo, e ele tivesse passado um ano e meio evadido da escola. (ENTREVISTADO 1, 2018).

O Entrevistado 1 diz que às vezes se passam os 45 dias e ninguém leva a documentação do adolescente. Para os casos que pegam Meio-Aberto ou Semi-Liberdade o processo é mais fácil, explica ele, pois contam com o apoio do Conselho Tutelar. Já no caso de Internação, o problema fica maior, explica ele, pois já se passaram 45 dias de internação na UIPSS e o adolescente é encaminhado para outra unidade, e mesmo após esse período os responsáveis continuam com o receio de levar os documentos. O entrevistado diz que a sensibilização se torna mais complicada, pois o receio de que o adolescente fique exposto na comunidade fica maior.

Partindo do princípio de que a família encaminhe para a UIPSS a documentação do adolescente, e ele foi para outra unidade de internação, o Entrevistado 1 afirma que o jovem vai ser matriculado na instituição de ensino vinculada à unidade que ele se encontra naquele momento. Dentro da instituição ele voltará para a escolarização seriada, onde primeiramente é feita uma prova de nivelamento para ser analisado em qual série o jovem se encaixa e a partir disso seguirá o trâmite normal da Secretaria de Educação. O Entrevistado 1 acrescenta que a escolarização ainda não atingiu seu ideal, porque o investimento dentro da própria Secretaria de Educação ainda é pouco. Ele explica que a socioeducação está inclusa no Núcleo de Coordenação em Direitos Humanos, o que torna o assunto da socioeducação apenas mais um dentro do vasto leque dos temas tratados dentro dos direitos humanos.

Por fim, em relação ao desempenho dos adolescentes, quanto à escolarização recebida dentro da UIPSS, o Entrevistado 1 é questionado se a partir do PPP fica estabelecido algum tipo de avaliação aplicada aos jovens, como forma de medir o aproveitamento da escolarização. A resposta obtida foi que dentro da UIPSS a avaliação tem caráter socioeducacional, onde é medida a interação do adolescente com a escola. Ele diz que existe um modelo básico de um formulário que todos os meninos da Unidade são obrigados a preencher, mas que serve mais para termos judiciais, mas em relação a avaliação de escolarização a UIPSS não realiza esse tipo de avaliação, desta forma não existe uma menção final do adolescente referente a uma prova de português, por exemplo, existe sim uma avaliação indo de 0 a 10 em relação ao interesse de participação dele durante os dias de internação. A menção

acontece de forma subjetiva analisando alguns pontos de interação, interesse e desempenho durante as atividades desenvolvidas dentro das salas de aula. A menção tem que existir devido a norma da LDB. A avaliação é feita pelo professor de referência junto com os outros professores que dão aula para o adolescente durante a coordenação pedagógica dos professores e anexada no banco de dados nacional.

Portanto, baseando-se que a escolarização dentro da UIPSS é a única ação desenvolvida em que os adolescentes têm obrigação de frequentar diariamente durante o seu tempo de permanência dentro da unidade, pode-se dizer que a participação é alta, já que todos os dias são elaboradas e desenvolvidas atividades pelos professores, portanto, não se torna possível fazer uma avaliação quantitativa em relação às médias já que a unidade não realiza este tipo de avaliação. No entanto, pode ser feita uma análise de modo qualitativa, a partir dos pareceres dos professores, desde que estes pareceres possam ser juntados em um único relatório, o que não acontece já que os pareceres entram de forma individualizada no banco de dados nacional SIPIA.

4.3 Taxa de Reincidência e Ressocialização dos Adolescentes em Conflito com a Lei

O objetivo de diminuir a taxa de reincidência dos adolescentes na UIPSS é uma das metas principais dentro da UIPSS. Como já relatado dentro da UIPSS, existe uma ação que visa evitar a cooptação de adolescentes de primeira passagem, onde estes casos são separados dos demais, e alocados em um Módulo exclusivo para aqueles que estão passando pela primeira vez na Unidade. Durante o seu relato, o Entrevistado 1 (2018) diz que “esta realidade já havia sendo observada por sua equipe desde a gestão do antigo Caje, e era classificada por eles como uma situação problemática dentro do sistema”.

A partir disso, os resultados da análise foram obtidos através de relatórios internos já existentes da UIPSS baseados através do banco de dados nacional (SIPIA) e o banco de dados interno da UIPSS (Prontuário Virtual).

A análise foi feita através de dados de reincidência dentro da UIPSS, a partir da entrada dos adolescentes, não distinguindo o ato cometido de suas passagens. Os documentos gerados pelos bancos de dados não separam casos de reincidência ao emitir o relatório, sendo assim, cabendo ao analisador fazer este trabalho

manualmente, o que tornou o trabalho demorado e dificultoso, já que o sistema gera um arquivo com o balanço geral do ano escolhido. A análise, adotou o ano de 2014 como ano-base para analisar se as taxas de reincidência estão aumentando ou diminuindo.

Em 2014, ano em que a atual gestão chegou à Unidade, o número de adolescentes que estavam sendo atendidos no momento era de 368 adolescentes, o que ultrapassa muito o limite recomendado para a Unidade, atualmente este número não ultrapassa 150. Neste ano a UIPSS chegou a atingir o número de 2.900 entradas. Enquanto a faixa de reincidência estava em torno de 800 casos.

Já no ano de 2015, a Unidade chegou a atender cerca de 2.600 jovens, e a taxa de reincidência atingiu a faixa de 500 casos. Completando-se um ano da gerência atual na UIPSS, esta queda nos casos de reiterações foi muito significativa, e pode ser explicada com a mudança de algumas práticas que ocorriam dentro da Unidade, como a priorização da escolarização acima de qualquer outra atividade, restringir as visitas semanais para apenas familiares e responsáveis, entre outras, além da adoção de novas práticas e ações junto aos adolescentes.

Em 2016 foram atendidos 2.200 adolescentes e 221 voltaram a dar entrada na Unidade. Os resultados seguiam sendo positivos, tendo em vista que não só a taxa de reintegração vinha caindo com o passar dos anos, mas também o número de entradas de adolescentes dentro da Unidade.

Porém em 2017 a Unidade teve o número de 1.601 entradas de adolescentes, já a taxa de reincidência atingiu o número de 339 casos. Um aumento considerável, tendo em vista o ano anterior que este número atingiu o total de 220 casos. Os Entrevistados 1 e 6 se mostraram surpresos após a contagem dos casos, então foi questionado ao Entrevistado 1 sobre o motivo do aumento destes números, a resposta obtida foi que a equipe havia feito um levantamento em fevereiro de 2018 e concluiu que a taxa havia caído para 170 casos de reincidência, uma justificativa para essa divergência no resultado das análises, segundo ele, pode ter ocorrido devido à mudança no quadro de servidores que a Unidade sofreu, o que pode ter resultado em uma fraquejada no atendimento às famílias de primeira passagem durante os meses de agosto e setembro do ano em questão.

O relatório contendo a análise feita pela equipe do Entrevistado 1 não foi conferido, pois o pesquisador não teve acesso a este documento.

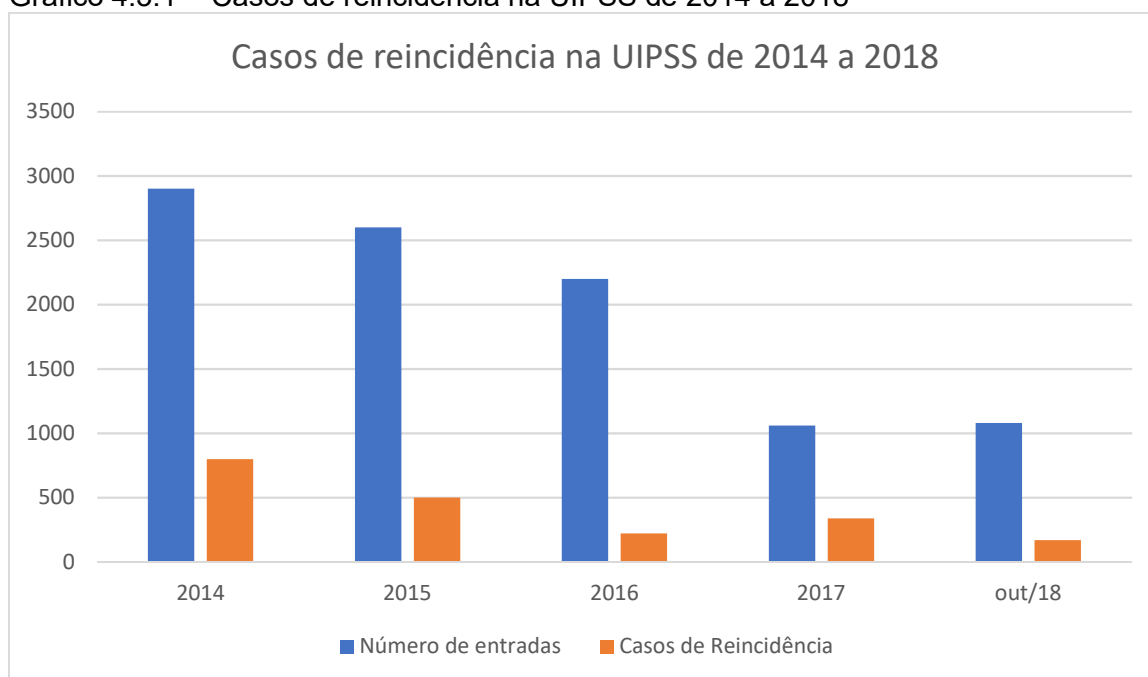
O Entrevistado 1 explica que durante o primeiro trimestre do segundo semestre do ano de 2017 ocorreu uma mudança total do quadro de especialistas que estavam alocados na UIPSS, por essa razão, a equipe técnica que estava à frente deste projeto saiu, o que para o entrevistado é um dos indicativos mais plausíveis já que a equipe técnica tem um grande peso no trabalho com os adolescentes de primeira passagem, mas acrescentou que vai analisar com mais profundidade o caso, para melhor entender o que ocorreu. O Entrevistado 1 ainda relata que a equipe atual completou em julho/2018 um ano dentro da UIPSS, e de certa forma estão conseguindo retomar o trabalho, mas aponta que o remanejamento que ocorre todos os anos na Secretaria da Criança leva a Unidade a perder alguns servidores que são substituídos por outros. O entrevistado diz que no ano de 2018 a Unidade perdeu metade de sua equipe técnica, dos 24 especialistas alocados só permaneceram 12, que conseguiu dar continuidade nos atendimentos. Cabe apontar que até o momento final desta pesquisa, a Unidade ainda contava com quadro reduzido de especialistas alocados.

“O bom desempenho do papel do especialista é de extrema importância para os adolescentes”, explica o Entrevistado 1 (2018), pois são os relatórios feitos por eles que vão subsidiar a decisão do juiz no processo, ou seja, se o relatório estiver pobre de informações a decisão do juiz vai ser baseada através de uma percepção superficial.

Partindo para a análise do ano de 2018, em 26 de outubro mais precisamente, já haviam dado entrada na UIPSS 1.080 adolescentes, e até essa data foi contabilizado o total de 170 casos de reincidência, cerca de 17 casos por mês. Estima-se que até o final do ano o número de entrada atinja no máximo o total de 1.400 entradas, mas que o número total de reincidência não ultrapasse o total de 200 casos, sendo assim, voltando a cair nas taxas analisadas e mantendo a meta progressiva de redução nas entradas reincidentes.

Desta forma, o gráfico que demonstra a faixa de casos reincidentes na UIPSS se organiza da seguinte forma:

Gráfico 4.3.1 – Casos de reincidência na UIPSS de 2014 a 2018



Fonte: Autoria Própria

Foi analisado o relatório denominado de Situação de Entrada, que faz a separação por ano, mês e dia das entradas realizadas dentro da UIPSS. É um relatório bem extenso, mas que segundo o Entrevistado 1 (2018) “através dele se torna possível ter um panorama a respeito do fluxo de adolescentes que passam pela Unidade”, e acrescenta que através deste relatório se tornou possível concluir que aos fins de semana o número de adolescentes que dão entrada na Unidade é superior aos que dão entrada ao longo da semana, fazendo referência aos encaminhamentos de adolescentes feitos pelo NAI e NUPLA.

Após realizar a análise deste relatório, foi possível visualizar que em determinados períodos do ano o número de entradas na UIPSS aumenta, enquanto em outros, este número diminui significativamente. Pegando como exemplo o ano de 2017, foi possível concluir que entre os meses de fevereiro e maio, o número de entradas chega a atingir 521 entradas, enquanto no mês de julho esse número atinge 120. No segundo semestre entre os meses de agosto e outubro os números atingem um valor máximo de 184 entradas, enquanto no mês de dezembro esse número torna a cair e atinge o total de 158 entradas. Foi possível perceber uma certa padronização quando estes aumentos e diminuições, o Entrevistado 1 explica que este fenômeno da diminuição analisado, pode ser justificado à aproximação do período de férias escolares, onde torna a aumentar quando se atinge a metade do semestre letivo.

Dado o fim da análise, e a partir dos dados coletados, foi possível perceber que excetuando-se o ano de 2017, a Unidade tem obtido bons resultados no que diz respeito às taxas de reinserção dos jovens atendidos pela UIPSS. Isso pode ser explicado através de todo trabalho que vem sendo realizado com os adolescentes e responsáveis. Quanto ao aumento ocorrido no ano de 2017, torna-se necessário um estudo em relação aos meses em que ocorreram tais entradas, além de fazer um cruzamento de dados com o período citado pelo Entrevistado 1 a fim de diagnosticar se, de fato, o aumento foi acarretado por causa a troca da equipe técnica. Caso o resultado não coincida com a hipótese levantada, torna-se necessário um estudo mais aprofundado da situação.

Sobre a reinserção destes adolescentes na sociedade, o Entrevistado 1 (2018) afirma que “o sistema é muito marginalizado”, e acrescenta que acredita na interação social como um meio transformador:

o meio transforma, o problema é quando o meio começa a marginalizar, o que ainda acontece nos dias de hoje. Mas se pegando em um universo geral, casos de crianças e adolescentes cometendo atos infracionais ainda é muito pequeno quando comparado ao de indivíduos maiores de idade. (ENTREVISTADO 1, 2018).

Esta afirmação vai de encontro com Veronse e Lima (2009, p.33), onde as autoras afirmam que muito se fala na reinserção social do adolescente autor de um ato infracional, mas que acabam por se esquecer de como reinseri-lo numa sociedade que é culpada por sua situação vulnerável, onde o adolescente é quem tem que tentar se reinserir, mas que “a sociedade consumista, egoísta, violenta, discriminadora não lhe oferece condições mínimas para o feito”.

O entrevistado 1 ainda diz que por outro lado essa polêmica ampliou a visibilidade da política, o que resultou em um aumento de investimento, mesmo que ainda insuficiente. O Diretor da Equipe Sociopsicopedagógica (2018) alega que a política socioeducativa ainda é “embrionária e não criou raiz”, e exemplifica dizendo que em toda mudança de governo a pasta da política muda, já tendo passando pela Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Justiça, Secretaria da Criança e agora Secretaria da Criança e Adolescência, e ele considera que essas situações de mudança acabam por dificultar a execução da política.

O que não pode acontecer é cair no descrédito, tem jeito de resolver isso, se a gente pegar uma estratégia de cuidar da molecada, você vê que tem jeito. Tem que ter a prevenção? Tem, infelizmente eles chegam aqui, mas quando chega aqui não quer dizer que acabou não, nós temos que ter aqui também encaminhamentos, articulações para conseguir devolver esse menino melhor para a comunidade. (ENTREVISTADO 1, 2018)

Para Veronse e Lima (2009), seria necessário fazer um tratamento na sociedade, já que essa tem que se curar e buscar entender sua posição frente a esse adolescente que, mesmo autor de ato infracional é, sem sombra de dúvida, a maior vítima de sua própria realidade.

A Entrevistada 4 (2018), durante a Reunião de Acolhimento, relata: “estou desempregada, sobrevivo apenas fazendo bicos. Na minha casa vivem somente eu e meu filho. Torço muito para que ele consiga dar a volta por cima e aprender com o ocorrido para que não volte a cometer os mesmos ‘vacilos’”.

A Entrevistada 7, durante a cerimônia de encerramento, revelou a importância da Olimpíada para os adolescentes. Segundo ela, a Olimpíada dá um gás a mais para os meninos no que se trata no período de internação, mas que além disso também serve como incentivo para que eles continuem mantendo a noção de trabalho em equipe, cooperação, respeito e superação, em qualquer lugar que eles estejam.

Baseado em todas as declarações citadas anteriormente, é possível perceber um certo padrão de discurso quando se trata da ressocialização de jovens em conflito com a lei, devendo existir, assim, uma ação cooperativa de todas as partes envolvidas, como familiares e responsáveis, sociedade e Estado, pensando e agindo nas melhores alternativas para que a política de atendimento socioeducativo seja feita de maneira eficaz, beneficiando não só o adolescente em questão, mas todos os envolvidos no processo.

5 Considerações Finais

O presente relatório aborda o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), mais especificamente a medida socioeducativa de internação provisória dentro da Unidade de Internação Provisória de São Sebastião (UIPSS). O Sinase tem o intuito de regulamentar a execução das medidas destinadas ao adolescente que pratique ato infracional, assegurando a real eficácia e efetividade na execução das medidas socioeducativas de restrição e privação de liberdade impostas ao adolescente em conflito com a lei, fundamentado na natureza pedagógica da medida socioeducativa com base na proteção dos direitos humanos.

A pesquisa pretendeu responder de que forma o atendimento socioeducativo dentro da UIPSS tem auxiliado a reinserção dos adolescentes em conflito com a lei na sociedade. Neste contexto, buscou identificar quais as ações realizadas pela UIPSS junto aos jovens em conflito com a lei, averiguar quais dessas ações têm despertado mais interesse nos jovens, investigar qual o desempenho dos jovens mediante as ações de escolarização promovidas pela UIPSS e identificar qual o nível de reincidência na UIPSS dos jovens que foram atendidos nos últimos cinco anos.

Por meio da imersão na UIPSS, foi possível perceber que a Unidade tem auxiliado na ressocialização dos adolescentes através de todas as ações desenvolvidas junto com os jovens, expandindo essas ações aos seus familiares e responsáveis. Porém, a Unidade vem sofrendo com certos empecilhos, estes tendo origem internas e externas à UIPSS.

Por meio de observação participante e de entrevistas, foi possível concluir que as ações dentro da UIPSS atendem em grande parte as diretrizes previstas no Sinase, o que tem levado a bons resultados e obtido uma boa aceitação por parte dos adolescentes. No entanto, um dos obstáculos que a Unidade enfrenta, por exemplo, é de não dispor de médicos alocados, fazendo com que se crie dependência de políticas externas para suprir algumas demandas. Por outro lado, a UIPSS busca sempre aperfeiçoar suas ações com novas técnicas, como, por exemplo, a implementação da videoconferência para as intimações de sentenças. A inovação agilizou o andamento do processo, além de proporcionar economia de tempo e de custos aos cofres públicos e mais segurança dentro da UIPSS, já que anteriormente

era preciso destacar agentes socioeducativos para cumprir a tarefa de escolta, defasando o efetivo da unidade.

Outro problema destacado durante as entrevistas são as reduções drásticas que ocorrem no quadro técnico com certa frequência. Como explicado na seção anterior deste relatório, nos últimos anos, a UIPSS tem passado por uma rotatividade de seu quadro de Especialistas, o que torna difícil manter um padrão de execução no que diz respeito aos atendimentos individuais, por exemplo, já que a cada vez que uma nova equipe chega à unidade se demanda tempo até que os servidores entendam o funcionamento da internação provisória.

Por se tratar de uma Unidade Provisória com característica mais jurídica do que socioeducativa, foi relatado por algumas vezes que é um tipo de unidade que demandava a existência de outras unidades em outros espaços do Distrito Federal, porque é a única Unidade de Internação Provisória, atendendo adolescentes de diversas Regiões Administrativas. As Unidades de Internação existentes no DF são muito distantes uma das outras, tornando dificultoso para as famílias. Se for o caso, a abertura de mais unidades espalhadas em cada região administrativa do Distrito Federal é um ponto a ser discutido, devendo seguir a mesma ideia que existem escolas em todas as RA's do Distrito Federal.

Um problema que não diz respeito à UIPSS como instituição, mas que de certa forma acaba refletindo tanto nos servidores, quanto nos familiares é a questão da localização em que ela se encontra e os meios de acessá-la. A UIPSS está localizada na Papuda, em São Sebastião. O local é bem afastado por estar localizado dentro de um Complexo Prisional, tendo como meios mais fáceis de acesso carro e ônibus. Mas, atualmente, a única linha de ônibus que atende a região da UIPSS é aquela destinada ao Presídio Nacional, logo, só funciona em dias que acontecem as visitas, às quartas e quintas-feiras e ao sábado e domingo. O número de usuários, pelo menos na quinta-feira, é grande, sendo assim, forma-se uma fila quilométrica na Rodoviária do Plano Piloto. Acreditando que este seja um ponto relevante no que diz respeito ao acompanhamento dos familiares/responsáveis dos jovens atendidos pela UIPSS, pois aqueles que não possuem veículos de transporte particulares ficam limitados à esta linha. Este problema acaba atingindo também os servidores da Unidade, já que até meios de transportes alternativos, como o Uber, são difíceis de serem solicitados, uma vez em que os motoristas não conseguem visualizar o endereço da Unidade e por diversas vezes as corridas são canceladas pelos motoristas.

A questão da escolarização dentro da UIPSS funciona para os moldes em que a unidade funciona, já que ela recebe adolescentes de várias faixas etárias e de vários níveis de escolaridade. O período em que os adolescentes permanecem na UIPSS também é um outro fator que justifica o método de escolarização escolhido pela unidade, tendo assim, suas atividades iniciando e finalizando no mesmo dia. A Pedagogia de Projetos se mostra como uma outra ação bem pensada pela unidade, pois através dela é possível colocar o jovem em contato com algum projeto em que esteja interessado, planejando tal projeto e, finalmente, pondo em prática. No caso dos adolescentes em medidas socioeducativas, esse tipo de pedagogia pode trazer aos adolescentes uma nova percepção de objetivos na vida. Quanto à avaliação feita pelos professores, também se mostra válida para os moldes de escolarização. Porém, a UIPSS precisaria elaborar e lançar um novo Projeto Político Pedagógico, que já está iniciado, visto que o PPP ainda vigente não atende mais as especificidades da unidade, além de estar desatualizado. A UIPSS deveria dispor também de um relatório de caráter qualitativo, já que não possuem o sistema de menções, a respeito dos desempenhos obtidos através da escolarização. A medida pode ser um meio da UIPSS ter um controle mais visível dos resultados obtidos através dos pareceres dos professores, já são armazenados apenas no sistema SIPIA, de forma individual.

Quanto ao sistema utilizado pela UIPSS foi observado que se torna necessário um aperfeiçoamento em alguns pontos. O primeiro seria a criação de uma “nuvem” de armazenamento de dados, visto que em uma das imersões realizadas a unidade teve uma queda de rede que tomou boa parte do período da tarde, fazendo com que alguns procedimentos tivessem que ser interrompidos. Durante a análise do quarto objetivo específico, que tratou da taxa de reincidência dos adolescentes, o sistema gerou um relatório extenso contendo todas as entradas do ano base escolhido, fazendo com que a contagem dos casos de segunda ou mais passagens fosse feita manualmente. A análise se torna dificultosa e demorada. Um sistema mais ágil para armazenamento de dados ajudaria na organização e segurança da informação.

Por fim, a reincidência dos adolescentes na UIPSS vem caindo com o decorrer dos anos, exceto pelo ano de 2017 como observado. A experiência da trajetória até a obtenção dos resultados já adquiridos deve ser compartilhada com as demais unidades, para que seja feito um intercâmbio de experiências, visto que em uma das entrevistas foi relatado que as unidades existentes no Distrito Federal funcionam de formas distintas, não havendo uma padronização. O fator da especificidade de cada

unidade, visto que existem outros tipos de medidas socioeducativas, deve ser levada em conta, mas alguns modelos podem ser copiados e adaptados para que se encaixem nos moldes da unidade em questão, deste modo aperfeiçoando um método funcional.

Os resultados apontam para uma política ainda embrionária, mas que vem demonstrando bons resultados quando analisada sob a óptica da medida de internação provisória, porém, possuindo certas dificuldades em sua implementação, principalmente no que diz respeito à gestão do sistema socioeducativo. Quanto ao quadro de servidores atualmente alocados na unidade onde a imersão em pesquisa acadêmica foi realizada, seria oportuna a ampliação da equipe de servidores e modificações em determinadas ações desenvolvidas.

Partindo do princípio que o Sinase possui uma gestão participativa, e baseando nas informações coletadas através das entrevistas, cabe recomendar a busca de parcerias com ONGs, por exemplo, que possam oferecer meios de criar oficinas de iniciação profissionalizante, como o caso da Oficina de Serigrafia citada pelo Entrevistado 1. Ou então dar continuidade em oficinas que deixaram de existir, como o caso da Oficina de Iniciação à Informática. Assim sendo uma forma de contribuir para o melhor desempenho da política.

Como agenda para novas pesquisas, é possível propor uma análise acerca das demais medidas socioeducativas existentes, como o meio-aberto, liberdade e semiliberdade. O estudo pode ser realizado não somente nas unidades que atendem os adolescentes enquanto determinação judicial, mas também nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que prestam serviços de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

6 Referências

ABAD, Miguel, (2002). Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relacion entre convivencia, ciudadanía y nueva condicion juvenil. Última Década, Viña del Mar, CIDPA, no 16, p. 119-155, mar.

ADORNO, S.; et al. O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana. In: Revista São Paulo em Perspectiva - Vol. 13, no. 4, Oct./Dec. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400007>. Acesso em: 04 de abril de 2018.

ARRUDA, Érica Maia Campelo. A Política Pública de Atendimento Socioeducativo: O Caso do Distrito Federal. Dissertação de mestrado. Brasília, 2013.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BONAFONT, L. C. Redes de políticas públicas. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2004.

BOURDIEU, P. 2005. O poder simbólico. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Departamento da Criança e do Adolescente - DCA. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda. Estatuto da criança e do adolescente. São Paulo: Cortez, 1990.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE*. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília, DF: CONANDA, 2006.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. v.1. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. in A era da informação: Economia, sociedade e cultura.

CIARALLO, C. R. C. A. & Almeida, A. M. O. (2009). Conflito entre práticas e leis: a adolescência no processo judicial. Fractal: Revista de Psicologia, 21(3), 613-630.

CENTRO DE ATENDIMENTO JUVENIL ESPECIALIZADO. Relatório Institucional Projeto Político Pedagógico Institucional, Brasília, 2010. Disponível em:<<https://elkinpaezch.files.wordpress.com/2011/01/relatc3b3rio-insitucional-2010.pdf>> Acesso em: 26 de junho de 2018.

FLEURY, S. El desafio da la gestión de las redes de políticas. Revista Instituciones y Desarrollo, n.12-13, 2002b, p. 221-247. Institut International de Gobernabilidad de Catalunya, Barcelona, España

_____. A expansão da cidadania. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 7º, 2002, Lisboa.

FOUCAULT, M. (2008). Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo, Brasil: Paz e Terra (Coleção Leitura), 1997.)

FREITAS, Oracilda Aparecida de; RAMIRES, J. C. L. . Jovens infratores e políticas públicas: reflexões acerca do Centro Socioeducativo de Uberlândia. Observatorium, v. 2, p. 2-20, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Editora Atlas S.A., 6ª edição, 2008.

GOVERNO DE BRASÍLIA. Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude, 2018. Disponível em:<<http://www.crianca.df.gov.br/secretaria-de-politicas-para-criancas-adolescentes-e-juventude/>>. Acesso em: 26 de junho de 2018.

HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. Cad. CEDES, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>>. Acesso em 08 de maio de 2018.

JIMENEZ, Luciene; FRASSETO, Flávio Américo. FACE DA MORTE: A LEI EM CONFLITO COM O ADOLESCENTE. Psicol. Soc., Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 404-414, Aug. 2015. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v27n2/1807-0310-psoc-27-02-00404.pdf>>. Acesso em 09 de maio de 2018.

JIMENEZ, Luciene et al. Significados da nova lei do Sinase no sistema socioeducativo. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, n. 6, 2012.

LAGREE, Jean Charles, (1999). *Age, jeunesse et politiques publiques*. Paris, mimeo.

LOIOLA, Elisabeth; MOURA, Suzana. Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais. In: Tânia Fisher (org.). *Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais*, Rio de Janeiro: FGV, 1997, 53-68

MARASCHIN, C. & RANIERE, E. (2011). Socioeducação e identidade: onde se utiliza Foucault e Varela para pensar o SINASE. *Revista Katálysis*, 14 (1), 95-103. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/rk/v14n1/v14n1a11.pdf>>. Acesso em: 04 de abril de 2018.

MARCONI, M., LAKATOS, E. M. *Técnicas de Pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2006.

MINAYO, M.C.S.; SANCHES, O. Quantitative and qualitative methods: opposition or complementarity? *Cadernos de Saúde Pública*, v.9, n.3, p.237-248, 1993.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, Programa: Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Disponível em:< <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/sistema-nacional-de-medidas-socioeducativas/sistema-nacional-de-atendimento-socioeducativo-sinase-1>>. Acesso em: 04 de abril de 2018.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República, Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e Eixos Operativos para o SINASE, 2013. Disponível em:<<http://www.mdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/pdf/plano-nacional-de-atendimento-socioeducativo-diretrizes-e-eixos-operativos-para-o-sinase>>. Acesso em: 04 de abril de 2018.

PASTORINI, A. As políticas sociais e o serviço social: instrumento de reversão ou manutenção das desigualdades? In: MONTAÑO, C. *A natureza do serviço social: um ensaio sobre sua gênese, a especificidade e sua reprodução*. São Paulo: Cortez, 2006.

PEREIRA, I.; ZAMORA, M. H. N. R.; ALAPANIAN, S.. *Política socioeducativa ao adolescente em conflito com a lei*. Curitiba: UNIOESTE, 2014.

PIANA, MC. *A construção do perfil do assistente social no cenário educacional*. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS. Atendimento Socioeducativo (SINASE), 2006. Disponível em: <<http://www.mdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/sistema-nacional-de-medidas-socioeducativas/sistema-nacional-de-atendimento-socioeducativo-sinase-1>> Acesso em: 07 de abril de 2018.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE. Secretaria inaugura anexo do CESAMI, 2013. Disponível em: <<http://www.crianca.df.gov.br/secretaria-da-crianca-inaugura-nova-ala-no-cesami/>> Acesso em: 07 de abril de 2018.

SERVA, Mauricio. JUNIOR, Pedro Jaime. Observação participante e pesquisa em administração: Uma postura antropológica. São Paulo. Revista de Administração de Empresas, 1995.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, n. 24, p.16-39, dezembro, 2003. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300003>. Acesso em: 04 de abril de 2018.

TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury. O desafio da gestão das redes de políticas. In: *CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA*, 7., Lisboa, Portugal, 2002. Oct. p. 1-24.

TELLES, Camila Thomaz (Org.). Virando a Página. 3º vol. Porto Alegre: Tribunal Regional Federal da 4ª Região, 2013.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, Medidas Socioeducativas, 2018. Disponível em: < <https://www.tjdft.jus.br/cidadaos/infancia-e-juventude/informacoes/medidas-socioeducativas-1>> Acesso em 07 de abril de 2018.

VERONSE, Josiane Rose Petry; LIMA, Fernanda da Silva. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase): breves considerações. Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade, 1(1): 29-46, 2009

Apêndice

Apêndice A – Roteiro de Entrevista do Entrevistado 1

- 1 – Baseado nas diretrizes do Sinase, quais são as ações que a UIPSS desenvolve junto aos adolescentes? Como são organizadas?
- 2 – Entre as ações desenvolvidas, quais despertam mais interesse de participação dos jovens?
- 3 – Como ocorre a escolarização dentro da UIPSS?
- 4 – Quais são os instrumentos utilizados atualmente para mensurar o desempenho da escolarização promovida?
- 5 – Como são analisados os casos de reincidência na UIPSS?
- 6 – Qual tem sido o resultado das ações desenvolvidas nas taxas de reincidência?

SEGUNDA-FEIRA 10 DE SETEMBRO DE 2018					
VESPERTINO					
ALMOÇO	11h30 - 12h30	ALMOÇO			
ESCOLA	14h às 15h45	MÓDULO 4	MÓDULO 5	MÓDULO 6 - Atendimento técnico	
		ESCOLA	ESCOLA	MD - Atendimento técnico	
		Sala 01 (quartos 01 a 03)	Sala 09 (quartos 01 a 03)	VÍDEO NO MÓDULO (16H - 17H30)	
		Sala 02 (quartos 04 a 06)	Sala 10 (quartos 04 a 06)		
		Sala 03 (quartos 07 a 09)	Sala 11 (quartos 07 a 09)		
		Sala 04 (quartos 10 a 12)	Sala 12 (quartos 10 a 12)		
		Sala 05 (quartos 13 a 16)	Sala 13 (quartos 13 a 16)		
	Sala 06 (quartos 17 a 20)	Sala 14 (quartos 17 a 20)			
	15h45 – 16h05	LANCHAR			
	16h05 às 17h30	ESCOLA	ESCOLA		
Sala 01 (quartos 01 a 03)		Sala 09 (quartos 01 a 03)	PÁTIO 01 ATIVIDADE ESPORTIVA (17h35 -18h20) Esp. Jonathan		
Sala 02 (quartos 04 a 06)		Sala 10 (quartos 04 a 06)			
Sala 03 (quartos 07 a 09)		Sala 11 (quartos 07 a 09)			
Sala 04 (quartos 10 a 12)		Sala 12 (quartos 10 a 12)			
Sala 05 (quartos 13 a 16)	Sala 13 (quartos 13 a 16)				
Sala 06 (quartos 17 a 20)	Sala 14 (quartos 17 a 20)				
JANTAR					
ATIVIDADE	14h às 15h45	MÓDULO 1 - Atendimento técnico	MÓDULO 2 - Atendimento técnico	MÓDULO 3 - Atendimento técnico	
		RECADOS			
		SALA DE INFORMÁTICA - ATIVIDADE XADREZ (14h45 - 15h55) 08 adolescentes - ver listagem na GESEG	PÁTIO 02 ATIVIDADE ESPORTIVA (14h40 - 15h50) Esp. Jonathan (quartos 01 a 15)	PÁTIO 03 - (14h15 - 15h15) MÓDULO 3A	
	15h45 – 16h05			PÁTIO 03 - (15h30 - 16h30) MÓDULO 3B	
				"A Sala de Atendimento da GESAII é a última sala ao final do corredor da Direção."	
	16h05 às 17h00	LANCHAR			
		PÁTIO 02 ATIVIDADE ESPORTIVA (16h00 - 17h10) Esp. Jonathan (quartos 01 a 15)	SALA DE INFORMÁTICA - ATIVIDADE XADREZ (16h10- 17h20) 08 adolescentes - ver listagem na GESEG	SALA DE ATENDIMENTO GESAII ¹³ - ATIVIDADE EM GRUPO - (16h30 às 17h4) (6 adolescentes) ¹⁴ .	
	JANTAR	JANTAR REFEITORIO 17h15			
		19h00	ALOCAMENTOS		

TERÇA-FEIRA 11 DE SETEMBRO DE 2018							
MATUTINO							
	07h20 às 07h45	Banho - todas as turmas	Banho - todas as turmas	Banho - todas as turmas	Banho - todas as turmas		
	07h45 às 08h00	Café da Manhã e Higiene Bucal	Café da Manhã e Higiene Bucal	Café da Manhã e Higiene Bucal	Café da Manhã e Higiene Bucal		
HORÁRIO DE INTEGRAÇÃO							
ESCOLA	08h00 às 08h45	MODULO 1 ESCOLA	MODULO 2 ESCOLA	MODULO 3 ESCOLA	RECADOS		
		Sala 11 (quartos 01 a 05)	Sala 09 (quartos 01 a 05)	Sala 01 (quartos 01 a 03)	Oficina de Lava-jato a ser definida pela Geseg – VESPERTINO M1-M2-M3		
		Sala 13 (quartos 06 a 10)	Sala 10 (quartos 06 a 10)	Sala 02 (quartos 04 a 06)			
		Sala 14 (quartos 11 a 15)	Sala 12 (quartos 11 a 15)	Sala 03 (quartos 07 a 09)			
				Sala 04 (quartos 10 a 12)	Oficina de Lava-jato a ser definida pela Geseg – MATUTINO M4-M5		
	09h45 às 10h05			Sala 05 (quartos 13 a 16)			
				Sala 06 (quartos 17 a 20)			
		LANCHAR					
		ESCOLA	ESCOLA	ESCOLA			
		Sala 11 (quartos 01 a 05)	Sala 09 (quartos 01 a 05)	Sala 01 (quartos 01 a 03)	1ª Sala com o nome dos adolescentes encontra-se no GESEG.		
	10h05 às 11h30	Sala 13 (quartos 06 a 10)	Sala 10 (quartos 06 a 10)	Sala 02 (quartos 04 a 06)	1ª Sala de Atendimento da GESAU é a última sala ao final do corredor da Direção.		
		Sala 14 (quartos 11 a 15)	Sala 12 (quartos 11 a 15)	Sala 03 (quartos 07 a 09)			
				Sala 04 (quartos 10 a 12)			
			Sala 05 (quartos 13 a 16)				
			Sala 06 (quartos 17 a 20)				
ALMOÇO	11h30 às 12h30	ALMOÇO					
ATIVIDADE	08h00 às 09h45	MODULO 4 - Atendimento técnico	MODULO 5 - Atendimento técnico	MODULO 06 ESCOLA	MD ESCOLA		
					ESCOLA (até 5 adolescentes)		
		LIMPEZA DO ALOJAMENTO - produtos de limpeza estão no Espaço em frente à Coordenação	PÁTIO 03 - (9h- 10h) Todo o Módulo	ESCOLA NO MÓDULO	LIMPEZA DO ALOJAMENTO - produtos de limpeza estão no Espaço em frente à Coordenação		
	09h45 às 10h05	LANCHAR					
		PÁTIO 02 - (10h15 - 11h15) Todo o Módulo	LIMPEZA DO ALOJAMENTO - produtos de limpeza estão no Espaço em frente à Coordenação	ESCOLA NO MÓDULO	ESCOLA (até 5 adolescentes)		
		SALA DE ATENDIMENTO GESAU ¹ - ATIVIDADE EM GRUPO ² - (10h às 11h30) (5 adolescentes) ³			LIMPEZA DO ALOJAMENTO		
	ALMOÇO						

TERÇA-FEIRA 11 DE SETEMBRO DE 2018						
VESPERTINO						
ALMOÇO		ALMOÇO				
ESCOLA	14h às 15h45	MODULO 4 ESCOLA	MODULO 5 ESCOLA	MODULO 06 - Atendimento técnico	MD - Atendimento técnico	
		Sala 01 (quartos 01 a 03)	Sala 09 (quartos 01 a 03)			
		Sala 02 (quartos 04 a 06)	Sala 10 (quartos 04 a 06)			
		Sala 03 (quartos 07 a 09)	Sala 11 (quartos 07 a 09)			
		Sala 04 (quartos 10 a 12)	Sala 12 (quartos 10 a 12)			
		Sala 05 (quartos 13 a 16)	Sala 13 (quartos 13 a 16)			
	15h45 - 16h05	Sala 06 (quartos 17 a 20)	Sala 14 (quartos 17 a 20)			
		ESCOLA	ESCOLA			
		Sala 01 (quartos 01 a 03)	Sala 09 (quartos 01 a 03)			
		Sala 02 (quartos 04 a 06)	Sala 10 (quartos 04 a 06)			
16h05 às 17h30	Sala 03 (quartos 07 a 09)	Sala 11 (quartos 07 a 09)				
	Sala 04 (quartos 10 a 12)	Sala 12 (quartos 10 a 12)				
	Sala 05 (quartos 13 a 16)	Sala 13 (quartos 13 a 16)				
	Sala 06 (quartos 17 a 20)	Sala 14 (quartos 17 a 20)				
JANTAR						
		MODULO 1 - Ligação p/ responsáveis (14h)	MODULO 2 - Ligação p/ responsáveis (14h)	MODULO 3 - Atendimento técnico	RECADOS	
ATIVIDADE	14h às 15h45			PÁTIO 02 - ATIVIDADE ESPORTIVA (14h15 - 15h15) Esp. Jonathan Módulo 3 - A		
		PÁTIO 03 - (14h15 - 15h30) Todo o Módulo	ALOJAMENTO			
	16h05 às 17h00			PÁTIO 02 - ATIVIDADE ESPORTIVA (15h30 - 16h30) Esp. Jonathan Módulo 03 - B		
15h45 - 16h05		LANCHAR				
16h05 às 17h00	SALA DE ATENDIMENTO GESAU ¹ - ATIVIDADE EM GRUPO ² - (16h30-17h) (5-adolescentes) ³	PÁTIO 03 - (16h - 17h15) Todo o Módulo	ALOJAMENTO	¹ A Sala de Atendimento da GESAU é a última sala ao final do corredor da Direção. ² A lista com o nome dos adolescentes se encontra na GSESG.		
		JANTAR REFEITORIO 17h15				
18h00		ALOJAMENTOS				

QUARTA-FEIRA 12 DE SETEMBRO DE 2018						
MATUTINO						
ESCOLA	07h20 às 07h45	Banho - todas as turmas	Banho - todas as turmas	Banho - todas as turmas	Banho - todas as turmas	
	07h45 às 08h00	Café da Manhã e Higiene Bucal	Café da Manhã e Higiene Bucal	Café da Manhã e Higiene Bucal	Café da Manhã e Higiene Bucal	
	HORÁRIO DE INTEGRAÇÃO					
		MÓDULO 1	MÓDULO 2	MÓDULO 3	RECADOS	
	08h00 às 09h45	ESCOLA	ESCOLA	ESCOLA *	Oficina de Lava-jato a ser definida pela Geseg – VESPERTINO M1-M2-M3	
		Sala 11 (quartos 01 a 05)	Sala 09 (quartos 01 a 05)	Sala 01 (quartos 01 a 03)		
		Sala 13 (quartos 06 a 10)	Sala 10 (quartos 06 a 10)	Sala 02 (quartos 04 a 06)		
		Sala 14 (quartos 11 a 15)	Sala 12 (quartos 11 a 15)	Sala 03 (quartos 07 a 09)		
				Sala 04 (quartos 10 a 12)	Oficina de Lava-jato a ser definida pela Geseg – MATUTINO M4-M5	
				Sala 05 (quartos 13 a 16)		
			Sala 06 (quartos 17 a 20)			
09h45 às 10h05	LANCHAR					
10h05 às 11h30	ESCOLA	ESCOLA	ESCOLA *			
	Sala 11 (quartos 01 a 05)	Sala 09 (quartos 01 a 05)	Sala 01 (quartos 01 a 03)			
	Sala 13 (quartos 06 a 10)	Sala 10 (quartos 06 a 10)	Sala 02 (quartos 04 a 06)			
	Sala 14 (quartos 11 a 15)	Sala 12 (quartos 11 a 15)	Sala 03 (quartos 07 a 09)			
			Sala 04 (quartos 10 a 12)	*dividir da melhor forma para a segurança		
			Sala 05 (quartos 13 a 16)			
			Sala 06 (quartos 17 a 20)			
ALMOÇO	11h30 às 12h30	ALMOÇO				
ATIVIDADE		MÓDULO 4 - Atendimento técnico DIVIDIR O MÓDULO PIAT. RELIGIOSA	MÓDULO 5 - Atendimento técnico	MÓDULO 06 ESCOLA	MD ESCOLA	
	08h00 às 09h45	PÁTIO 02 (todo o módulo) - A atividade Religiosa acontecerá excepcionalmente no Pátio - (das 09h - 10h30)	BIBLIOTECA - CONSELHO DE CLASSE (9h-10h15) - Módulo Todo (aproximadamente 23 adolescentes)	ESCOLA NO MÓDULO	ESCOLA (até 5 adolescentes)	
			PÁTIO 03 (10h15 - 11h) - Somente os adolescentes que não estão cumprindo medida.			
	09h45 às 10h05	LANCHAR				
	10h05 às 11h30	SALA DE INFORMÁTICA - ATIVIDADE XADREZ (08h45 às 10h) - ATÉ 08 ADOLESCENTES	SALA DE INFORMÁTICA - ATIVIDADE XADREZ - (10h10 - 11h40) - ATÉ 08 ADOLESCENTES ***	ESCOLA NO MÓDULO	ESCOLA (até 5 adolescentes)	
			*** Devido à ocorrência do dia 09/09, praticamente todos os adolescentes estão de medida disciplinar.			
ALMOÇO						

QUARTA-FEIRA 12 DE SETEMBRO DE 2018					
VESPERTINO					
ALMOÇO	11h30 às 12h30	ALMOÇO			
ESCOLA	14h às 15h45	MÓDULO 4 ESCOLA	MÓDULO 5 ESCOLA	MÓDULO 06 - Atendimento técnico	MD - Atendimento técnico
		Sala 01 (quartos 01 a 03)	Sala 09 (quartos 01 a 03)	VÍDEO NO MÓDULO	
		Sala 02 (quartos 04 a 06)	Sala 10 (quartos 04 a 06)		
		Sala 03 (quartos 07 a 09)	Sala 11 (quartos 07 a 09)		
		Sala 04 (quartos 10 a 12)	Sala 12 (quartos 10 a 12)		
		Sala 05 (quartos 13 a 16)	Sala 13 (quartos 13 a 16)		
	15h45 - 16h05	Sala 06 (quartos 17 a 20)	Sala 14 (quartos 17 a 20)		
	16h05 às 17h30	LANCHAR			
		ESCOLA	ESCOLA		
		Sala 01 (quartos 01 a 03)	Sala 09 (quartos 01 a 03)		
		Sala 02 (quartos 04 a 06)	Sala 10 (quartos 04 a 06)		
		Sala 03 (quartos 07 a 09)	Sala 11 (quartos 07 a 09)		
		Sala 04 (quartos 10 a 12)	Sala 12 (quartos 10 a 12)		
		Sala 05 (quartos 13 a 16)	Sala 13 (quartos 13 a 16)		
		Sala 06 (quartos 17 a 20)	Sala 14 (quartos 17 a 20)		
JANTAR		(dividir da melhor forma para a segurança)			
ATIVIDADE	14h às 15h45	MÓDULO 1 – Atendimento técnico	MÓDULO 2 - Atendimento técnico	MÓDULO 3- Atendimento técnico	RECADOS
				BIBLIOTECA - CONSELHO DE CLASSE (14h30-15h30) MÓDULO 3-B	
		PÁTIO 02 (14h15 - 15h30)	ALOJAMENTOS	PÁTIO 03 . (14h15-15h45) - MÓDULO 3-A	***A Sala de Atendimento da GESAU é a última sala ao final do corredor da Direção.
		SALA DE INFORMÁTICA - ATIVIDADE XADREZ (14h15 - 15h20) - ATÉ 08 ADOLESCENTES			***A lista com o nome dos adolescentes se encontra na GESeg.
	15h45 - 16h05	LANCHAR			
			PÁTIO 02 . (15h45-17h)	BIBLIOTECA - CONSELHO DE CLASSE (15h45-16h45) MÓDULO 3-A	
		ALOJAMENTOS	SALA DE INFORMÁTICA - ATIVIDADE XADREZ (15h45-17h) - ATÉ 08 ADOLESCENTES		
			SALA DE ATENDIMENTO GESAU - ATIVIDADE EM GRUPO - (14h - 15h30)*** (04 adolescentes)	PÁTIO 03 . (16h50-17h) MÓDULO 3-B	
				JANTAR REFEITORIO 17h	
JANTAR	18h00	ALOJAMENTOS			

QUINTA-FEIRA 13 DE SETEMBRO 2018

11/09/2018

VESPERTINO

ALOJAMENTOS

SEXTA-FEIRA 14 DE SETEMBRO DE 2018					
MATUTINO					
	07h30 às 07h45	Banho - todas as turmas	Banho - todas as turmas	Banho - todas as turmas	Banho - todas as turmas
	07h45 às 08h00	Café da Manhã e Higiene Bucal	Café da Manhã e Higiene Bucal	Café da Manhã e Higiene Bucal	Café da Manhã e Higiene Bucal
	HORÁRIO DE INTEGRAÇÃO				
ESCOLA	08h00 às 09h45	MÓDULO 1 ESCOLA	MÓDULO 2 ESCOLA	MÓDULO 3 ESCOLA**	RECADOS
		Sala 11 (quartos 01 a 05)	Sala 09 (quartos 01 a 05)	Sala 01 (quartos 01 a 03)	DEFENSORIA PÚBLICA
		Sala 13 (quartos 06 a 10)	Sala 10 (quartos 06 a 10)	Sala 02 (quartos 04 a 06)	
		Sala 14 (quartos 11 a 15)	Sala 12 (quartos 11 a 15)	Sala 03 (quartos 07 a 09)	Oficina de Lixo-jato a ser definida pela Geseg – VESPERTINO M1-M2-M3
				Sala 04 (quartos 10 a 12)	Oficina de Lixo-jato a ser definida pela Geseg – MATUTINO M4-M5
	09h45 às 10h05	LANCHAR			
		ESCOLA	ESCOLA	ESCOLA**	
		Sala 11 (quartos 01 a 05)	Sala 09 (quartos 01 a 05)	Sala 01 (quartos 01 a 03)	*A Sala de Atendimento da GESAU é a última sala ao final do corredor da Direção.
		Sala 13 (quartos 06 a 10)	Sala 10 (quartos 06 a 10)	Sala 02 (quartos 04 a 06)	*A lista com o nome dos adolescentes se encontra na GESeg.
		Sala 14 (quartos 11 a 15)	Sala 12 (quartos 11 a 15)	Sala 03 (quartos 07 a 09)	**Dividir da melhor forma para a segurança
			Sala 04 (quartos 10 a 12)		
			Sala 05 (quartos 13 a 16)		
ALMOÇO	11h30 às 12h30	ALMOÇO			
ATIVIDADE	08h00 às 09h45	MÓDULO 4 – Atendimento técnico	MÓDULO 5 – Atendimento técnico	MÓDULO 06 ESCOLA	MD ESCOLA
			PÁTIO 03 . Atividade Religiosa (8h30-11h)	ESCOLA NO MÓDULO	ESCOLA (até 5 adolescentes)
		PÁTIO 02 . (9h30-11h)			
	09h45 às 10h05	LANCHAR			
		PÁTIO 02 . (9h30-11h)	SALA DE ATENDIMENTO-GESAU*- ATIVIDADE EM GRUPO-(10h-11h30)-	ESCOLA NO MÓDULO	ESCOLA (até 5 adolescentes)
ALMOÇO					

SEXTA-FEIRA 14 DE SETEMBRO DE 2018					
VESPERTINO					
ALMOÇO		ALMOÇO			
11h30 às 12h30					
ESCOLA	14h às 15h45	MÓDULO 4	MÓDULO 5	MÓDULO 06 - Atendimento técnico	MD - Atendimento técnico
		ESCOLA**	ESCOLA**		
		Sala 01 (quartos 01 a 03)	Sala 09 (quartos 01 a 03)		
		Sala 02 (quartos 04 a 06)	Sala 10 (quartos 04 a 06)		
		Sala 03 (quartos 07 a 09)	Sala 11 (quartos 07 a 09)	VIDEO NO MÓDULO	
	Sala 04 (quartos 10 a 12)	Sala 12 (quartos 10 a 12)			
	Sala 05 (quartos 13 a 16)	Sala 13 (quartos 13 a 16)			
	Sala 06 (quartos 17 a 20)	Sala 14 (quartos 17 a 20)			
	15h45 – 16h05	LANCHAR			
		ESCOLA**	ESCOLA**		
Sala 01 (quartos 01 a 03)		Sala 09 (quartos 01 a 03)			
Sala 02 (quartos 04 a 06)		Sala 10 (quartos 04 a 06)			
Sala 03 (quartos 07 a 09)		Sala 11 (quartos 07 a 09)			
16h05 às 17h30	Sala 04 (quartos 10 a 12)	Sala 12 (quartos 10 a 12)			
	Sala 05 (quartos 13 a 16)	Sala 13 (quartos 13 a 16)			
	Sala 06 (quartos 17 a 20)	Sala 14 (quartos 17 a 20)			
	JANTAR REFEITORIO 17h30				
	JANTAR				
ATIVIDADE	14h às 15h45	MÓDULO 1 - Atendimento técnico	MÓDULO 2 - Atendimento técnico	MÓDULO 3 - Atendimento técnico	RECADOS
		PÁTIO 03 . (14h30-15h45)		PÁTIO 02 . (14h45-16h)	
	15h45 – 16h05	LANCHAR			
16h05 às 17h30		PÁTIO 02 . (16h05-17h)			
JANTAR					
18h00	ALOJAMENTOS				

SÁBADO – 15 DE SETEMBRO DE 2018

Horários	MÓDULO 1	MÓDULO 2	MÓDULO 3	MÓDULO 4	MÓDULO 5	MÓDULO 6
07h20 às 07h45	BANHO – todas as turmas					
07h45 às 08h00	CAFÉ e HIGIENE BUCAL - ALOJAMENTO					
08h00 às 9h00	PÁTIO 2 (8h-9h)	PÁTIO 1 (8h-9h)	PÁTIO 3 M3-A (8h-9h)	ALOJAMENTO	ALOJAMENTO	ALOJAMENTO
09h15 às 10h00	ALOJAMENTOS	ALOJAMENTOS	ALOJAMENTOS	PÁTIO 2 (9h15-11h)	PÁTIO 3 (9h15-11h)	PÁTIO 1 (9h15-11h)
10h às 10h10	LANCHAR/ HORÁRIO DE INTEGRAÇÃO					
10h10 às 11h00	ALOJAMENTOS	ALOJAMENTOS	PÁTIO 3 M3-B (10h-11h)	PÁTIO 2 (9h15-11h)	PÁTIO 3 (9h15-11h)	PÁTIO 1 (9h15-11h)
11h30 às 13h50	ALMOÇO/ESCOVAR BANHO E PREPARAR PARA A VISITA					
14h00 às 15h00	VISITA SALAS 01 E 02	VISITA PÁTIO 3	VISITA PÁTIO 2	LIMPEZA DE ALOJAMENTOS	LIMPEZA DE ALOJAMENTOS	LIMPEZA DE ALOJAMENTOS
15h30 às 16h00	LANCHE					
15h30 às 17h00	VISITA SALAS 01 E 02	VISITA PÁTIO 3	VISITA PÁTIO 2	ALOJAMENTO	ALOJAMENTO	ALOJAMENTO
17h00 às 18h00	JANTAR NO ALOJAMENTO					
18h00	ALOJAMENTO					

P.S. Abrir as torneiras dos aspersores para irrigação da horta às 16 horas e fechar às 18 horas

DOMINGO – 16 DE SETEMBRO DE 2018

Horários	MÓDULO 01	MÓDULO 02	MÓDULO 03	MÓDULO 04	MÓDULO 05	MÓDULO 06
07h20 às 07h45	BANHO – todas as turmas					
07h45 às 08h00	CAFÉ e HIGIENE BUCAL - ALOJAMENTO					
08h00 às 9h00	ALOJAMENTOS	ALOJAMENTOS	ALOJAMENTOS	PÁTIO 2 (8h-9h)	PÁTIO 3 (8h-9h)	PÁTIO 1 (8h-9h)
09h15 às 10h00	PÁTIO 2 (9h15-11h)	PÁTIO 1 (9h15-11h)	PÁTIO 3 M3 -A (9h15-10h)	ALOJAMENTOS	ALOJAMENTOS	ALOJAMENTOS
10h00 às 10h10	LANCHAR/ HORÁRIO DE INTEGRAÇÃO					
10h10 às 11h00	PÁTIO 2 (9h15-11h)	PÁTIO 1 (9h15-11h)	PÁTIO 3 M3 -B (10h15-11h)	ALOJAMENTOS	ALOJAMENTOS	ALOJAMENTOS
11h30 às 13h50	ALMOÇO/ESCOVAR BANHO E PREPARAR PARA A VISITA					
14h00 às 15h00	LIMPEZA DE ALOJAMENTOS	LIMPEZA DE ALOJAMENTOS	LIMPEZA DE ALOJAMENTOS	VISITA PATIO 2	VISITA PATIO 3	VISITA MÓDULO
15h30 às 16h00	LANCHE					
15h30 às 17h00	ALOJAMENTOS	ALOJAMENTOS	ALOJAMENTOS	VISITA PATIO 2	VISITA PATIO 3	VISITA MÓDULO
17h00 às 18h00	JANTAR NO ALOJAMENTO					
18h00	ALOJAMENTOS					

OBS. 1 - Abrir as torneiras dos aspersores para irrigação da horta às 16h e fechar às 18 horas

OBS. 2 - MD – limpeza do alojamento no período vespertino;

Anexo 2 - CAPA DO PPP VIGENTE

